



ACADEMIA MILITAR

Fiscalização e identificação de novos tipos de estupefacientes e suas variantes

Autor: Aspirante Inf^ª GNR José Fernando Alonso Pinto da Mota

Orientador: Major Inf^ª GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2014



ACADEMIA MILITAR

Fiscalização e identificação de novos tipos de estupefacientes e suas variantes

Autor: Aspirante Inf^a GNR José Fernando Alonso Pinto da Mota

Orientador: Major Inf^a GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2014

Dedicatória

À minha Família.

Agradecimentos

A materialização do presente Trabalho de Investigação, é o culminar do curso de formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar e não seria possível sem o apoio de algumas pessoas que importa referenciar e agradecer publicamente:

Em primeiro lugar, aos meus pais e restante família, pelo apoio incondicional e inspiração constante ao longo deste percurso. À minha namorada e sua família pelo apoio, amizade e carinho;

Ao meu orientador, Senhor Major de Infantaria José Manuel Marques Dias, pelos valiosos contributos fornecidos durante a elaboração deste Trabalho, que não seria possível sem a sua permanente disponibilidade;

Ao Senhor Tenente-Coronel Fonseca pelo auxílio ao facultar os contactos que possibilitaram a realização das entrevistas, na Direção de Operações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republica, que suportam esta obra;

Ao Senhor Inspetor da Polícia Judiciária Romeu Ventura por facultar os contactos dentro da sua instituição, com vista à realização das entrevistas;

Ao Senhor Doutor João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, pelos esclarecimentos prestados acerca do tema de estudo;

Ao XIX Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana pela amizade, apoio e camaradagem que foi compartilhada ao longo destes cinco anos.

O meu muito obrigado a todos

José Mota

Resumo

A problemática transposta para este relatório está relacionada com as novas substâncias psicoativas e sua abordagem por parte Guarda Nacional Republicana.

O objetivo principal desta investigação é saber se os novos estupefacientes constituem um motivo de preocupação em Portugal e de que forma é que a Guarda Nacional Republicana se está a adaptar à nova legislação. Para a consecução deste objetivo foram delineados objetivos específicos, uma pergunta de partida e quatro perguntas derivadas. Também foram criadas hipóteses com vista a averiguar a sua verificação.

O trabalho de investigação contém duas partes distintas. Numa primeira fase é realizada a revisão da literatura que surge como um enquadramento acerca do tema. Numa fase posterior é apresentado o trabalho de campo que contém um estudo comparativo, entre a legislação portuguesa e a do Reino Unido, face ao aparecimento de novas substâncias psicoativas, e em entrevistas realizadas a entidades com experiência nesta temática.

Apesar da vasta informação existente sobre os estupefacientes em geral e os seus riscos para a saúde pública, o mesmo não se verifica com as novas substâncias psicoativas. O facto de estas se constituírem como uma novidade faz com que a sua composição química seja desconhecida pelo que, os perigos associados ao seu consumo também o sejam. Deste modo, o trabalho desenvolvido pelas autoridades de saúde encontra-se condicionado até à descoberta das suas consequências. O mesmo acontece com as forças e serviços de segurança. A partir do momento em que surge um novo estupefaciente que não se encontre regulado pela legislação, apenas poderá ser feita a sua apreensão para futura análise.

Um dos problemas associados à inclusão de uma nova substância na base jurídica prende-se com uma possível transferência desta para o mercado das drogas ilícitas. Portugal mostrou-se eficaz no combate à comercialização destas substâncias com a definição da legislação da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das novas substâncias psicoativas.

Palavras-chave: Estupefacientes; Novas substâncias psicoativas; Guarda Nacional Republicana; Legislação da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio;

Abstract

The problem implemented in this report is related to new psychoactive substances and their approach by GNR.

The main objective of this research is whether new drugs are a cause for concern in Portugal and in what way is that the Guarda Nacional Republicana is adapting to the new legislation. To achieve this goal there were outlined specific goals, a starting a question and four questions derived. Hypotheses in order to ascertain its verification were also created.

The research contains two distinct parts. Initially the literature, that emerges as a framework on the subject, is performed. Later in the fieldwork, that contains a comparative study between the Portuguese legislation and the UK, given the emergence of new psychoactive substances, and interviews with organizations with expertise in this subject is presented.

Despite the vast existing information on narcotics in general and their risks for public health, the same is not true with the new psychoactive substances. The fact that they keep a as a novelty, makes its chemical composition unknown so, the dangers associated with their use are also. Thus, the work done by the health authorities is conditioned to discover its consequences. The same happens with the forces and security services. From the moment a new narcotic is not regulated by law, may only be made its concern for future analysis arises.

One of the problems associated with the inclusion of a new substance in the legal basis is related to a possible move to the illicit drugs market. Portugal proved effectiveness in combating the marketing of these substances with the definition of prevention and protection against advertising and trade of new psychoactive substances legislation.

Keywords: Drugs; New psychoactive substances; Guarda Nacional Republicana; prevention and protection against advertising and trade of new psychoactive substances legislation;

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice Geral	vi
Índice de figuras	ix
Índice de quadros e tabelas.....	x
Lista de apêndices e anexos.....	xi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xii
Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Enquadramento/ contextualização da investigação.....	1
1.2. Importância da investigação e justificação da escolha do tema	1
1.3. Definição dos objetivos.....	2
1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas	2
1.5. Hipóteses	3
1.6. Metodologia	3
1.7. Estrutura do trabalho	4
Capítulo 2 A droga	5
2.1. Conceitos.....	5
2.2. Evolução histórica.....	6
2.3. A atualidade	7
Capítulo 3 Novas substâncias psicoativas.....	9

3.1. Definições gerais e conceitos	9
3.2. Do aparecimento até à atualidade	10
3.3. Objetivos	13
Capítulo 4 Atuação da GNR.....	14
4.1. Investigação Criminal	14
4.2. Contraordenações e crimes	14
Capítulo 5 Trabalho de Campo – Metodologia e Procedimentos	17
5.1. Método de abordagem ao problema	17
5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados	18
5.2.1. Estudo comparativo.....	18
5.2.2. Entrevistas	19
5.3. Caracterização dos entrevistados	19
Capítulo 6 Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	21
6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados do Estudo Comparativo.....	21
6.2. Análise das Entrevistas	23
6.2.1. Apresentação dos resultados da entrevista ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	24
6.2.1. Apresentação dos resultados da entrevista ao Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência	27
6.2.2. Apresentação dos resultados da entrevista à Direção de Informações da Guarda Nacional Republicana.....	30
Capítulo 7 Conclusões e recomendações	36
7.1. Verificação das hipóteses	36
7.2. Reflexões e recomendações	37
7.3. Limitações da investigação	38

7.4. Recomendações e propostas para investigações futuras	38
Bibliografia.....	39
Apêndices.....	1
Apêndice A Carta de Apresentação	1
Apêndice B Guião de entrevista Dr. João Goulão – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	3
Apêndice C Guião de entrevista Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.....	4
Apêndice D Guião de entrevista a representante da Direção de Operações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana.....	6
Apêndice E Transcrição da entrevista ao Dr. João Goulão – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	8
Apêndice F Transcrição da entrevista ao Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.....	14
Apêndice G Transcrição da entrevista à Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana.....	18
Apêndice H Quadro com os anexos relativos à transcrição da entrevista com a Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana	21
Apêndice I Guião de entrevista à Polícia Judiciária	22
Anexos.....	1
Anexo A Tendências globais do consumo de droga.....	1
Anexo B Apreensões em Portugal.....	2
Anexo C Exemplos de NSP e os seus efeitos	3
Anexo D Número de NSP reportadas ao UNODC	4
Anexo E Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril	5

Índice de figuras

Figura 1 - Número e principais grupos de novas substâncias psicoativas	Erro! Marcador não definido.	1
Figura 2 - Riscos de quatro substâncias avaliadas em 2014.....		12
Figura 3 - Detalhe da EG acerca de estupefacientes (sessão nº 15		32
Figura 4 - Detalhe da EG acerca de estupefacientes (sessão nº 16).....		32
Figura 5 - Tendências globais do consumo de droga, 2006-2012		1
Figura 6 - Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga		2
Figura 7 - Exemplos de NSP e seus efeitos		3
Figura 8 - Número de NSP reportadas ao UNODC entre 2009 e 2012		4
Figura 9 - Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril (Diário de Notícias 24/04/2013)		5

Índice de quadros e tabelas

Quadro 1 - Limites Quantitativos Máximos.....	155
Quadro 2 - Anexos à entrevista com a DI/CO da GNR	19

Lista de apêndices e anexos

Apêndice A	Carta de apresentação
Apêndice B	Guião de entrevista Dr. João Goulão - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
Apêndice C	Guião de entrevista Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
Apêndice D	Guião de entrevista Direção de Operações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana
Apêndice E	Transcrição da entrevista Dr. João Goulão - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
Apêndice F	Transcrição d entrevista Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
Apêndice G	Transcrição da entrevista Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana
Apêndice H	Quadro com os anexos relativos à transcrição da entrevista com a Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana
Apêndice I	Guião de entrevista Polícia Judiciária
Anexo A	Tendências globais do consumo de droga, 2006-2012
Anexo B	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga em Portugal
Anexo C	Exemplos de NSP e seus efeitos
Anexo D	Número de NSP reportadas ao UNODC entre 2009 e 2012
Anexo E	Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril (Diário de Notícias 24/04/2013).

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

al.	alínea
AM	Academia Militar
APA	<i>American Ppsychological Association</i>
AR	A ssembleia da R epública
ARS	A dministração R egional de S aúde
art.º	artigo
ASAE	A utoridade de S egurança A limentar e E conómica
AT	A utoridade T ributária e A duaneira
CDF	C omando de D outrina e F ormação
CDT	C omissão para a D issuasão da T oxicodependência
CO	C omando O peracional
CPP	C ódigo de P rocesso P enal
CTer	C omando T erritorial
DI	D ireção de I nformações
DIC	D ireção de I vestigação C riminal
DO	D ireção de O perações
Dr.	D outor
ed.	edição
e.g.	<i>exempli gratia</i>
EG	E scola da G uarda
EUROPOL	<i>European Police</i>
Exmo.	E xcelentíssimo
FS	F orças de S egurança
g	grama(s)
GNR	G uarda N acional R epublicana
H	H ipótese
IC	I vestigação C riminal
IDT	I nstituto para a D issuasão da T oxicodependência

INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
INML	Instituto Nacional de Medicina Legal
INTERPOL	<i>International Police</i>
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LPC	Laboratório de Polícia Científica
MAI	Ministro da Administração Interna
nº	número
NEP	Normas de Execução Permanente
NSP	Nova (s) Substância (s) Psicoativa (s)
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
p.	página
PD	Pergunta Derivada
PJ	Polícia Judiciária
PORI	Plano Operacional de Respostas Integradas
PP	Pergunta de Partida
pp.	páginas
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SNC	Sistema Nervoso Central
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UE	União Europeia
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento/ contextualização da investigação

A elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) apresenta-se como mais uma etapa na formação dos futuros Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) na Academia Militar (AM). Este constitui-se como um dos requisitos necessários para os habilitar com o grau académico de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança.

O objetivo geral do RCFTIA, com base na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2ª/DE de 01JUN13 da AM, p. 1, é aplicar as competências adquiridas ao longo da formação, bem como desenvolver capacidades em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e da defesa. Segundo Fortin (2009), “a investigação científica é por excelência o método de aquisição de conhecimentos” (p.4).

Com vista a contribuir para os interesses da instituição, este trabalho visa o flagelo das novas substâncias psicoativas (NSP's) e a sua abordagem por parte da GNR.

1.2. Importância da investigação e justificação da escolha do tema

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), “vendidas como euforizantes legais e drogas sintéticas, as NSP's proliferam a um ritmo sem precedentes e representam desafios inéditos de saúde pública”. O mesmo refere que entre o final de 2009 e o início de 2012, o número de substâncias aumentou de 166 para 251, ultrapassando a quantidade de substâncias que se encontravam controladas internacionalmente (234).

Para além das alterações efetuadas ao regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em 2012, Portugal viu-se na necessidade de publicar legislação específica que proibisse a comercialização destas substâncias, facto que se concretizou com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril. A

proliferação de novos tipos de drogas nas smartshops foi alvo de noticiabilidade por parte dos órgãos de comunicação social.

1.3. Definição dos objetivos

Os objetivos delineados para este trabalho surgiram após uma exploração dos obstáculos possíveis na investigação. Fortin (2000) afirma que o objetivo do estudo é “um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio da questão” (p.100).

O principal objetivo da realização deste trabalho de investigação é analisar e caracterizar as implicações da proliferação de NSP's na investigação criminal por parte da GNR.

Para a concretização do objetivo principal foram estabelecidos objetivos específicos. São eles: verificar se o aumento de novos estupefacientes é uma realidade em Portugal, perceber de que forma a legislação previne e protege a sua publicidade e comércio, compreender o serviço da GNR face a este diploma legal e saber quais os meios que a instituição tem ao seu dispor.

1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas

Na sequência dos objetivos propostos foi formulada a seguinte pergunta de partida (PP): **“Quais as implicações da legislação portuguesa de proibição da comercialização de NSP's para a atuação da GNR?”**. Esta, por sua vez, constitui-se como a questão central para a realização do relatório científico aqui exposto. Conforme Quivy e Campenhoudt (2008), “a melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sob a forma de uma pergunta de partida [que] servirá de primeiro fio condutor da investigação [, devendo] apresentar qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência” (p.44).

Para melhorar e enquadrar a PP foram definidas as seguintes perguntas derivadas (PD's):

PD1: Quais as entidades que participaram no desenvolvimento da legislação referente à prevenção e proteção contra a publicidade e comércio de NSP's?

PD2: Quais os equipamentos de apoio à fiscalização e identificação destas substâncias que a GNR utiliza?

PD3: O que distingue a legislação relativa às NSP's em Portugal comparativamente ao Reino Unido?

PD4: Quais os fatores que podem influenciar a fiscalização e identificação de NSP's pela GNR?

1.5. Hipóteses

Como consequência de uma pesquisa bibliográfica inicialmente realizada, as hipóteses (H's) são, segundo Sarmiento (2013), “proposições conjecturais que constituem respostas às questões de investigação [para se contruir] a metodologia da investigação” (p.9).

Assim, foram formuladas as seguintes H's:

H1: A GNR participou no desenvolvimento da legislação referente à prevenção e proteção contra a publicidade e comércio de NSP's.

H2: A GNR utiliza aparelhos de verificação dos compostos químicos de uma determinada substância.

H3: A legislação em Portugal impõe sanções penais para o tráfico de NSP's.

H4: A falta de informação acerca das NSP's e as suas formas de dissimulação são fatores que condicionam a sua identificação numa fiscalização.

1.6. Metodologia

A condução do presente estudo obedece ao estabelecido nas orientações para a redação de trabalhos escritos da AM. Estas orientações traduzem-se na NEP 520/2ª/01JUN13 com o assunto: “TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA (TIA)”. A concreta redação deste relatório segue as normas estabelecidas no Anexo F a esta NEP e, no caso de existir algum tipo de omissão, a 6ª edição das normas da *American Psychological Association* (APA) devido ao estabelecido em 4.a do Anexo F da referida NEP.

De acordo com Sarmiento (2013), o processo de investigação compreende três fases distintas: a exploratória, a analítica e a conclusiva. É na primeira fase que se formulam as questões de investigação, os objetivos, as hipóteses e por conseguinte a metodologia de investigação. A fase analítica engloba a recolha, registo e análise de informações com vista à sua interpretação. Por último, a fase conclusiva visa confirmar as hipóteses, verificar os objetivos, discutir os resultados obtidos, expor conclusões e recomendações e apresentar possíveis investigações futuras (p.6).

Este trabalho tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo que, segundo Marconi & Lakatos (2007) tem início na “percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese” (p.106).

1.7. Estrutura do trabalho

A realização deste relatório foi dividida em capítulos, secções e subsecções. Deste modo, é possível distinguir as várias partes do trabalho à medida que a sua leitura é realizada.

De acordo com Sarmiento (2013) a estrutura do texto é dividida em quatro partes. O primeiro corpo tem início na capa e vai até ao capítulo 1. O segundo tem início no capítulo 1 com a introdução e compreende ainda o desenvolvimento do trabalho. Um terceiro corpo engloba as conclusões, recomendações e a bibliografia utilizada. O último engloba os apêndices e os anexos utilizados (p.36).

O primeiro Capítulo, a Introdução, aborda um enquadramento, contextualização geral e a justificação da escolha do tema. São também definidos neste Capítulo os objetivos do trabalho e elaboradas a PP, as PD's e as H's.

Os Capítulos 2, 3 e 4 correspondem ao enquadramento teórico, elaborado do geral para o particular com a inclusão de conceitos e definições relevantes para a compreensão do tema em estudo. O segundo Capítulo inicia-se com uma alusão à história das drogas, a sua classificação, os seus efeitos e os seus riscos. O Capítulo 3 aborda as circunstâncias do aparecimento das NSP's, analisa as suas formas de dissimulação, as lojas especializadas para a sua venda e os seus riscos para a saúde pública. No quarto Capítulo é abordada a atuação da GNR na investigação criminal (IC) e na atuação face a infrações relacionadas com estupefacientes, tendo como base a prossecução da lei.

Após a revisão da literatura, apresenta-se a metodologia e os procedimentos adotados para a realização do trabalho de campo, seguindo-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

Por fim são efetuadas conclusões e recomendações para que se possa depreender o que foi constatado com a realização deste trabalho e o que se considera importante estudar num futuro próximo.

Capítulo 2

A droga

2.1. Conceitos

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS¹) (1984), droga é “qualquer substância que, quando introduzida no organismo vivo, pode modificar uma ou mais das suas funções”. Assim, é possível afirmar que medicamentos, tabaco e álcool se enquadram nesta definição. De acordo com a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED²) (2010):

“Os psicotrópicos e os estupefacientes são também medicamentos utilizados na terapêutica de diversas doenças, algumas com elevada incidência na população. (...) No entanto, sempre que usados sob o espectro de um uso medicinal e terapêutico, e no cumprimento estrito de recomendações clínicas, este tipo de substâncias são medicamentos úteis e não drogas”.

A droga trata-se, portanto, de uma substância ilícita que provoca alterações a nível psíquico e físico, alterando o comportamento daqueles que a consomem através da sua atuação no Sistema Nervoso Central (SNC). Jervis *in* Fernandes (1997) afirma que: “droga é todo o conjunto de substâncias químicas introduzidas voluntariamente no organismo com o fim de modificar as condições psíquicas e que, enquanto tal, criam mais ou menos facilmente uma situação de dependência no sujeito” (p.8).

O entendimento de Escohotado (1996) vai de encontro ao mencionado anteriormente:

“Por droga, psicoativa ou não, continuamos a entender o que desde há milénios pensavam Hipócrates e Galeno, pais da medicina científica: uma substância que em vez de ser vencida pelo corpo (e assimilada como simples nutrição), é capaz de vencê-lo, provocando em doses ridículamente pequenas

¹ A OMS é a autoridade diretora e coordenadora de saúde dentro do sistema das Nações Unidas. Ela é responsável por fornecer a liderança em questões de saúde, moldar a agenda de pesquisa em saúde, estabelecer normas e padrões, articular opções políticas baseadas em evidências, prestar apoio técnico aos países e monitorar e avaliar as tendências de saúde (OMS, 2014).

² “O Infarmed é a entidade competente a nível nacional para estabelecer condições e conceder autorizações para as atividades de cultivo, produção, fabrico, de emprego, o comércio, a distribuição, a importação, a exportação, o trânsito, o transporte, a detenção por qualquer título e o uso de plantas, substâncias e preparações que recorram a substâncias controladas (estupefacientes e psicotrópicos)” (INFARMED, I.P, 2010).

se comparadas com as de outros alimentos – grandes alterações orgânicas, anímicas ou de ambos os tipos” (p.9).

No entanto, existem outras percepções que não vão ao encontro das supra referidas. Para além das abordagens químicas, biológicas e farmacológicas ainda existem as socioculturais. Comas *in* Fernandes (1990) define droga como: “aquilo a que uma dada comunidade convencionou chamar droga. Enquanto uma substância não for denominada como droga não é droga, e inclusive uma substância pode ser em certas ocasiões e circunstâncias, droga, e noutras não” (p.11). No mesmo contexto, Fernandes (1989), refere-se a droga como: “aquilo que uma formação social diz que é droga”.

Para além da exploração dos conceitos de droga, muitos autores agrupam as várias substâncias por forma a classificá-las. Podem-se encontrar classificações de acordo com a sua origem, o seu carácter aditivo ou, até mesmo, com o seu método de consumo. A classificação mais usual, e adotada pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), é a de Delay & Denicker *in* por Patrício (1991):

- Depressoras do SNC- provocam sensações de relaxamento;
- Estimulantes do SNC- aumentam o estado de alerta e atenção;
- Perturbadoras do SNC- afetam os níveis de percepção e cognição.

Como é possível verificar, estas três áreas acima descritas relacionam-se com os efeitos das drogas no SNC.

Por outro lado, Escohotado (1992), classifica-as segundo as suas propriedades químicas e a opinião dos seus consumidores em:

- Drogas de paz- aliviam a tristeza;
- Drogas de energia- afastam o tédio;
- Drogas de viagem- incutem aventura.

2.2. Evolução histórica

De acordo com Poiares (1999), “a droga atravessa a trajectória do processo histórico-cultural dos povos desde os tempos mais remotos” (p.4). O mesmo também afirma que “o consumo de drogas surgiu em diversos contextos geoculturais como instrumento que favorecia o contacto místico com as divindades, ponte entre o mundo conhecido e real e a vida prometida [, podendo assim afirmar-se que] se confunde com a própria História do

Mundo” (p.4). Relativamente ao aparecimento de drogas no ocidente, Salvado Ribeiro (1995) situa-o no século XIX.

Foi nesta época que se começou a identificar o consumo de drogas como um problema, que mais tarde conduziu à sua proibição. Numa fase inicial, observações médicas e jurídicas foram feitas para abordar esta questão. Mais tarde, valores morais e religiosos “foram levantados” contra os consumidores. No século XX, a psicologia, psiquiatria e sociologia surgiram como domínios da ciência para estudar os comportamentos aditivos relacionados com o consumo de droga.

Fernandes (1990), afirma que “é a partir dos anos 60 que aparece o arranque para uma produção científica assinalável, deste modo, o objecto droga tem um carácter de novidade [e] tem uma aparição recente no campo perceptivo dado aos investigadores” (p.6).

Segundo Poiares (1999):

“As descobertas portuguesas (...) vieram permitir a abertura de um vasto campo de intercomunicação, incluindo o conhecimento, o uso e a comercialização de produtos até então ignotos no velho continente. Entretanto, o ópio destacava-se na rota comercial entre a Índia e Lisboa e foi a primeira droga que se constituiu em objecto de discurso político-económico” (p.6).

Através da sua análise histórica, Poiares (1999) conclui que entre o século XVIII e o início do século XX, a droga destinava-se apenas a intelectuais e artistas. No entanto, o consumo propagou-se pelas áreas mais pobres e desfavorecidas (p.10). Escotado (2004), é mais crítico, afirmando que “as drogas, transversais a tempos e a culturas, incomodaram a Religião, encolerizaram o Direito, comprometeram a Economia e constituíram uma tentação para a Arte.

2.3. A atualidade

Dados do UNODC (2014), estimam que em 2012, cerca de 243 milhões de pessoas, de toda a população mundial, consumiram drogas ilícitas. Também considera que, apesar das tendências poderem variar, o consumo de droga mantém níveis estáveis. No entanto, é possível verificar, ano após ano, que a percentagem de consumidores de drogas ilegais aumenta³ (p.1).

“Agora, o consumo de drogas é uma característica dos mais jovens, sobretudo dos pertencentes ao género masculino que vivem em ambientes urbanos. (...) Apesar do mercado de drogas ilegais ter

³ Ver anexo A: Tendências globais do consumo de droga, 2006-2012.

estabilizado na maioria dos países desenvolvidos, o consumo destas substâncias encontra-se em crescimento nos países em desenvolvimento” (UNODC, 2012, p.4).

O UNODC (2012) salienta ainda os impactos negativos que o consumo de drogas tem na sociedade. Para além das consequências negativas para a saúde, a economia também é afetada. Existem muitos gastos relacionados com este problema, como é o caso dos tratamentos e da reabilitação. Os crimes relacionados com droga, também têm um impacto substancial na sociedade devido aos custos que a estes estão associados.

Um dos problemas com mais ênfase nos dias de hoje é o policonsumo⁴. Este é dinâmico e está a aumentar em muitos países, podendo dar-se de forma simultânea ou sequencial.

Na Europa a situação geral vai de encontro à internacional permanecendo estável. Apesar disso, existe o crescimento do consumo de determinadas substâncias e, consequentemente, o decréscimo de outras (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência [OEDT], 2014, p.11). Assim, pode-se perspetivar que o mercado europeu venha sofrer grandes alterações.

O SICAD (2013), afirma que “em 2012, Portugal continuava a apresentar prevalências de consumo de substâncias ilícitas abaixo dos valores médios europeus” (p.13). O policonsumo, à semelhança do contexto internacional, é um dos problemas mais relevantes, nomeadamente a nível da mortalidade.

“A nível dos indicadores do domínio da oferta de drogas ilícitas, em 2012 e à semelhança dos anos anteriores, registaram-se apreensões⁵ de uma grande variedade de substâncias para além da cannabis, heroína, cocaína e ecstasy, sendo de destacar, seja pelas quantidades apreendidas e/ou pela ausência ou raridade de registos de apreensões anteriores, algumas substâncias estimulantes, designadamente mefedrona, 2C-B e metilfenidato” (SICAD, 2013, p.109).

É de salientar que a substância mefedrona, mencionada na citação supra, foi proibida em Portugal em março de 2012 e, neste momento, verificam-se indícios do seu aparecimento no mercado ilegal. Esta substância surgiu com maior relevo em 2010 na Europa e apresentava-se como uma alternativa legal ao MDMA (classe das anfetaminas). Desta forma pode-se constatar que se tratava de uma NSP até ser controlada pela lei da droga.

⁴ Policonsumo de drogas: “consumo de mais do que uma droga ou tipo de droga por um mesmo indivíduo” (Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega, 2002)

⁵ Ver anexo B: Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga em Portugal

Capítulo 3

Novas substâncias psicoativas

3.1. Definições gerais e conceitos

Uma nova substância psicoativa (NSP), de acordo com a Decisão 2005/387/JAI, de 10 de maio, do Conselho da Europa, caracteriza-se como sendo:

“Um novo estupefaciente ou um novo psicotrópico, puro ou numa preparação, que não seja controlado pela Convenção Única das Nações Unidas de 1961 sobre os estupefacientes, nem pela Convenção das Nações Unidas de 1971 sobre substâncias psicotrópicas, mas que possa constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias enumeradas nessas convenções”.

A legislação portuguesa também define estas substâncias, de acordo com o art.º 2.º do Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril, como sendo:

“... substâncias não especificamente enquadradas e controladas ao abrigo de legislação própria que, em estado puro ou numa preparação, podem constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias previstas naquela legislação, com perigo para a vida ou para a saúde e integridade física, devido aos efeitos no sistema nervoso central, podendo induzir alterações significativas a nível da função motora, bem como das funções mentais, designadamente do raciocínio, juízo crítico e comportamento, muitas das vezes com estado de delírio, alucinações ou extrema euforia, podendo causar dependência e, em certos casos, produzir danos duradouros ou mesmo permanentes sobre a saúde dos consumidores”.

Estas substâncias podem ainda ser apresentadas com outras designações, como refere Calado (2013), “... «drogas legais», «legal highs» ou «smart drugs»”. O OEDT (2014) caracteriza a ideia de *legal highs* como “... imprópria, porque as substâncias podem ser controladas em alguns Estados-Membros ou, quando vendidas para consumo, infringir a legislação relativa à proteção do consumidor ou à comercialização dos produtos.”. Este é o caso de Portugal com a recente legislação apresentada em 2013 acerca desta temática.

Apesar de serem designados de “novos estupefacientes”, Calado (2013, p.13) afirma que “o que o fenómeno das NSP’s tem de novo consiste sobretudo na estratégia comercial: o aparecimento de substâncias não é novidade mas sim a forma como estas chegam aos consumidores, através de novas formas de divulgação, marketing e comercialização.”, e

ainda que “a expressão novas substâncias psicoativas é sobretudo um termo genérico, que abarca diferentes produtos consoante o país e a loja”.

O OEDT (2014) ainda explica que:

“A análise do mercado da droga é dificultada pelo aparecimento de novas drogas (novas substâncias psicoativas), substâncias sintéticas ou naturais não controladas ao abrigo do direito internacional e frequentemente produzidas com a intenção de reproduzir os efeitos das drogas controladas” (p.27).

3.2. Do aparecimento até à atualidade

Segundo o OEDT (2012), o fenómeno das NSP’s “tem sido, em parte, fomentado pelos desenvolvimentos no campo das tecnologias da comunicação, que têm tido impacto em todos os aspetos da vida moderna, incluindo atualmente a natureza do mercado de droga e da procura para consumo” (p.100).

“As primeiras informações oficiais acerca deste tipo de drogas datam do ano de 2004, quando começaram a ser vendidas na Internet e em lojas apropriadas para o efeito (smartshops), substâncias psicoativas descritas como ervas aromáticas e exóticas, produtos de herbanário, fertilizantes e sais de banho, impróprios para consumo humano” (Alves, 2013, p.12).

Mustata et al. (2009) afirma que as NSP’s “são de origem sintética, criadas a partir da modificação da estrutura química de alguns produtos naturais ou de medicamentos”⁶.

Segundo Calado (2003); Calado (2013) e Henriques (2006), “... hoje em dia os consumidores parecem dispostos a consumir os novos produtos mesmo sabendo os perigos que correm (seja ao nível da saúde física ou mental) e desconhecendo a sua composição ou local de produção” (p.15).

“Com o contínuo lançamento de novas substâncias psicoativas no mercado das drogas, é inevitável a preocupação de que possam não ser detetadas substâncias novas ou obscuras suscetíveis de provocar a morte” (OEDT, 2014).

Portugal também se enquadra nestes parâmetros na medida em que “Novas substâncias psicoativas surgem no mercado a um ritmo de inovação que ultrapassa os meios previstos no Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro” (Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril). Novas medidas foram criadas em 2013 com o aparecimento da legislação supramencionada. No entanto, de acordo com a OEDT (2014), “a manutenção de uma vigilância apertada às

⁶ Anexo C: Exemplos de NSP e seus efeitos.

novas drogas pode ser muito dispendiosa, uma vez que é necessário identificar um número crescente de novas substâncias e investigar os seus riscos associados e respostas”.

O UNODC (2014) realça que o fenómeno das NSP's se encontra a emergir a uma escala global, apesar destas serem mais usuais na Europa e na América do Norte. A nível mundial, o número de NSP's cresceu para mais do dobro no mercado no período de dezembro de 2009 e 2013. Em 2009 foram reportadas ao UNODC 166 NSP's, em julho de 2012- 251, e neste último ano de 2013- 348⁷.

O Relatório Europeu sobre Drogas, de 2014, da OEDT, mostra-nos uma evolução das NSP's detetadas pelo Sistema de Alerta Rápido da União Europeia (UE)⁸ e que se apresentam na seguinte figura:

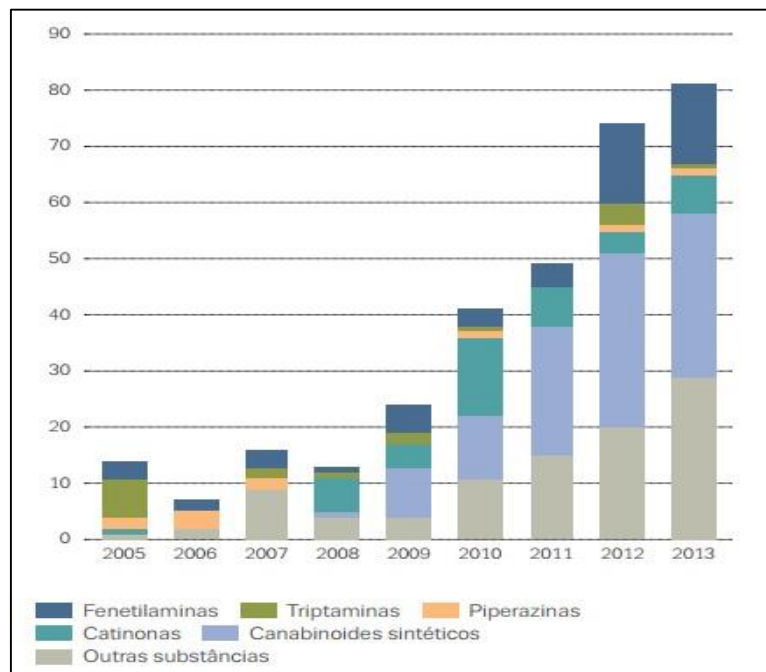


Figura 1 - Número e principais grupos de novas substâncias psicoativas

Fonte: OEDT (2014, p.28)

“Em 2013, os Estados-Membros notificaram (...) 81 novas substâncias psicoativas...” (OEDT, 2014, p.27). Como é possível compreender através da leitura da figura exposta e, como nos refere o OEDT (2014, p.28), “vinte e nove dessas substâncias eram canabinoides sintéticos e trinta outros compostos não correspondiam a grupos químicos facilmente reconhecíveis...”.

⁷ Anexo D: Número de NSP reportadas ao UNODC entre 2009 e 2012.

⁸ O Sistema de Alerta Rápido da UE foi criado em 1997 como um instrumento de reunião de informação com o objetivo de “... identificar as novas ameaças potenciais” (OEDT, 2014), ou seja, obter e compilar todos os registos efetuados pelos Estados-Membros da UE acerca do aparecimento de novas substâncias psicoativas.

Devido ao elevado número de óbitos relacionados com o consumo destas substâncias, o OEDT tem efetuado avaliações acerca dos riscos que as novas drogas poderão ter, como é o caso das que se encontram na figura em baixo referentes a abril de 2014:


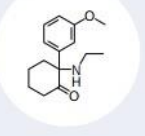
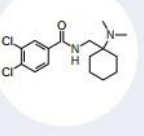
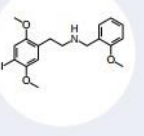
				
MDPV	Metoxetamina	AH-7921	25I-NBOMe	Substância
Catinonas	Aniliciclohexilaminas	Opiáceos	Fenetilaminas	Família de drogas
2008	2010	2012	2012	Ano da primeira notificação através do sistema de alerta rápido da UE
99	20	15	1	Número de óbitos associados à substância
107	110	6	15	Número de intoxicações não fatais
29	24	8	24	Número de países em que foi detetada (UE, Turquia e Noruega)
22	9	1	6	Número de países em que está sujeita a medidas de controlo no âmbito da legislação de controlo das drogas (UE, Turquia e Noruega)

Figura 2 - Riscos de quatro substâncias avaliadas em 2014

Fonte: OEDT (2014, p.29)

Estas substâncias podem-se constituir como alternativas a outras que se encontram controladas ou, em alguns casos, podem também ser divulgadas como sendo um estupefaciente controlado (OEDT, 2014, p.28). O OEDT (2014) afirma ainda que:

“A disponibilidade de «novas substâncias psicoativas» que não são controladas ao abrigo dos tratados internacionais de controlo de droga constitui uma evolução relativamente nova nos mercados de droga europeus. Geralmente produzidas no exterior da Europa, estas substâncias podem ser obtidas através de lojas na Internet e de lojas especializadas, além de serem, por vezes, vendidas no mercado das drogas ilícitas” (p.17).

A Internet constitui atualmente um foco de atenção por parte das entidades europeias relacionadas com o tema na medida em que, de acordo como o OEDT (2014), “... a venda livre de «*legal highs*» na Internet terá aumentado a sua disponibilidade junto dos distribuidores e dos consumidores. Em 2013, o EMCDDA identificou 651 sítios Web que vendiam «*legal highs*» para a Europa” (p.29).

O Observatório também adiciona outra problemática aqui consagrada, no que aos medicamentos concerne. De acordo com o OEDT (2014):

“Um número crescente de novas drogas detetadas no mercado de drogas têm uma utilização lícita como medicamentos. (...) Acresce que os componentes das drogas podem ser importadas a granel

(...) transformados e embalados nos países europeus e vendidos no mercado das drogas ilícitas, no mercado dos «*legal highs*» ou em sítios Web” (p.29).

3.3. Objetivos

Com o crescente aparecimento de NSP, Wolfgang Götz (2011), diretor do OEDT, afirma, no *Drogas em destaque*⁹, que:

“É necessário que os Estados-Membros tenham capacidade para identificar rapidamente e avaliar cientificamente as novas substâncias, cada vez mais diversas e complexas, que surgem no mercado. Os seus mecanismos de resposta devem ser otimizados de modo a protegerem a saúde pública de forma eficaz e eficiente, minimizando ao máximo as consequências adversas; o controlo ao abrigo da legislação em matéria de droga é uma das várias opções que permitem atingir esse objetivo”.

Um dos principais focos de atenção do documento supramencionado é a legislação que cada Estado-Membro da UE adotou ou irá adotar para controlar o crescente aparecimento de novas substâncias. Este menciona que “O acesso dos jovens a novas substâncias pode ser reduzido através da imposição de restrições ao licenciamento dos pontos de venda ou de limites de idade para a venda de produtos” (OEDT, 2011).

Segundo o (OEDT, 2011), “Encontrar o equilíbrio adequado entre a rapidez da resposta às novas substâncias, por um lado, e a evidência científica e a supervisão legislativa suficientes, por outro lado, constitui um importante objetivo político”.

⁹ *Drogas em destaque* é uma série de notas sobre políticas publicadas pelo Observatório Europeu da Droga e Toxicod dependência (OEDT), de Lisboa (OEDT, 2011).

Capítulo 4

Atuação da GNR

4.1. Investigação Criminal

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 81/95, de 22 de abril, a GNR passou a ter competência para a investigação da problemática do traficante-consumir, do incitamento ao uso de estupefaciente ou substâncias psicotrópicas, do tráfico e consumo em lugares públicos ou de reunião, do abandono de seringas, da desobediência qualificada e do consumo propriamente dito. Quanto ao tráfico, a GNR só atua nos casos de distribuição direta aos consumidores, ou seja, em flagrante delito¹⁰.

Relativamente à prevenção, a GNR tem autoridade para “a vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco [e para] a vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou de consumo” (nº 2 do art.º 2 do Decreto-Lei nº 81/95, de 22 de abril). A GNR tem ainda como função, vigiar e controlar as zonas marítimas com circunstâncias favoráveis ao desembarque clandestino de estupefacientes através da sua Unidade de Controlo Costeiro (UCC).

Para proceder à identificação das substâncias é necessário ter em atenção as suas propriedades, tanto físicas como químicas. No que às físicas concerne, a cor, a textura e o cheiro serão as principais. Para determinar os compostos químicos, é necessário um exame inicial feito no local. Caso o resultado deste seja negativo, existe a possibilidade de enviar a substância em questão para o Laboratório de Polícia Científica (LPC) da Polícia Judiciária (PJ).

4.2. Contraordenações e crimes

¹⁰ Flagrante delito: “todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer” (n.º 1 do art.º 256 do Código de Processo Penal [CPP]) e “o caso em que o agente for, logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objetos ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar” (n.º 2 do art.º 256 do CPP).

Para se poder fazer a distinção entre uma contraordenação e um crime em matéria de droga, é necessário verificar o que se encontra mencionado na Lei nº 30/2009, 29 de novembro. Este diploma refere que “o consumo, a aquisição e a detenção para consumo próprio de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas [anexas ao Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro,] constituem contra-ordenação”.

No entanto, o diploma referente à descriminalização do consumo supracitado refere, no nº 2 do art.º 2º, que “a aquisição e a detenção para consumo próprio das substâncias referidas (...) não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias”. Ou seja, se a quantidade de uma substância que se presume ser encontrada na posse de um suspeito¹¹ for superior a 10 doses diárias, esse sujeito encontra-se a incorrer na prática de um crime de tráfico de estupefacientes.

Encontrando um indivíduo contendo, em sua posse, determinada substância, após a recolha da mesma, existe a necessidade de se proceder à sua pesagem. A GNR terá de ter presente os limites quantitativos máximos relativos à dose média individual diária de cada substância presente nas tabelas anexas ao Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro conforme é referido no art.º 9 da Portaria nº 94/96, de 26 de março. Este artigo faz menção ao mapa que se encontra anexo à Portaria referida, que aqui se apresenta:

Quadro 1 - Limites Quantitativos Máximos

Plantas, substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV de consumo mais frequente	Tabela	Limite quantitativo máximo
Heroína (diacetilmorfina)	I - A	0,1 g
Metadona	I - A	0,1 g
Morfina	I - A	0,2 g
Ópio (suco)	I - A	1 g
Cocaína (cloridrato)	I - B	0,2 g
Cocaína (éster metílico de benzoilecgonina)	I - B	0,03 g
Cannabis (folhas e sumidades floridas ou frutificadas)	I - C	2,5 g
Cannabis (resina)	I - C	0,5 g
Cannabis (óleo)	I - C	0.25 g
Fenciclidina (PCP)	II - A	0,01 g
Lisergida (LSD)	II - A	50 µg

¹¹ Suspeito: “toda a pessoa relativamente à qual exista indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar” (al. e] do art.º 1º do CPP).

MDMA	II - A	0,1 g
Anfetamina	II - B	0,1 g
Tetraidrocanabinol (A9THC)	II - B	0,05 g

Fonte: Mapa anexo à Portaria nº 94/96, de 26 de março

Com base neste quadro, que contém o limite máximo diário para cada dose, a GNR consegue determinar se o indivíduo que possuía a substância estará a incorrer numa contraordenação ou num crime.

Capítulo 5

Trabalho de Campo – Metodologia e Procedimentos

Após o enquadramento teórico apresentado, é possível compreender o que são estupefacientes e a atuação da GNR face ao seu consumo e tráfico. A problemática das NSP's, que aqui se enquadra, é um acrescido motivo de preocupação devido à sua constante expansão ao longo dos últimos anos.

No entanto, é necessário fazer a ponte entre a parte teórica compreendida nos capítulos supra e a parte prática que compreende a investigação científica.

De acordo com o Anexo F da NEP 520/2ª/01JUN13, este Capítulo destina-se a responder às questões: “Como?, Com quê?, Onde? e Quando?”, referentes à metodologia e procedimentos de investigação utilizados.

5.1. Método de abordagem ao problema

Segundo Sarmento (2013), “A investigação pode definir-se como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (p.3).

Por forma a obter resposta à pergunta de partida (PP) e às PD's foi determinado o uso de alguns métodos em investigação (Sarmento, 2013, pp.4 e 5), tais como:

- Método de observação direta¹²;
- Método sistemático¹³;
- Método inquisitivo¹⁴; e
- Método histórico¹⁵.

Estes métodos foram os estabelecidos para a realização da investigação na medida em que, entre si, reúnem os pressupostos para que esta seja conduzida.

¹² “O método de observação direta (...) consiste na observação de todos os factos, no seu registo, na sua análise e posteriores conclusões” (Sarmento, 2013, p.4).

¹³ “O método sistemático (...) assenta na interpretação dos acontecimentos ...” (Sarmento, 2013, p.4).

¹⁴ “O método inquisitivo (...) é baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmento, 2013, p.5).

¹⁵ “O método histórico analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à datação, à constituição, ao desenvolvimento, à formação e às consequências do fenómeno” (Sarmento, 2013, p.5).

De acordo com Umberto Eco (2011), “Uma tese estuda um *objecto* utilizando determinados *instrumentos*. (...) É certo que as fontes do autor também podem ser acontecimentos históricos” (p.69). Com vista a prosseguir com os objetivos que enquadram a investigação, foi decidido o uso do método qualitativo. A utilização deste, baseia-se na descrição e interpretação com recurso às entrevistas e à observação. (Freixo, 2011).

5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Com base nos métodos de investigação apresentados no Subcapítulo supra, optou-se pelo tipo de informação primária qualitativa, nomeadamente através de um estudo comparativo¹⁶ e da realização de entrevistas individuais¹⁷. A análise documental dá um enquadramento às entrevistas e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento. (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Ainda foi realizado um estudo de caso na área do Comando Territorial (CTer) de Lisboa, nomeadamente em Torres Vedras. No entanto, como não foram verificadas NSP's entre 2010 e 2013, este não se encontra aqui exposto. O objetivo residia em verificar a deteção de NSP's antes e depois da publicação da lei referente ao impedimento da publicidade e comércio das mesmas.

O objetivo principal com a realização das entrevistas foi compreender qual a verdadeira dimensão do fenómeno das NSP's através da opinião do SICAD e do OEDT, e também da GNR, através do Exmo. Doutor (Dr.) João Goulão e da Direção de Informações do Comando Operacional (DI/CO) da GNR. Em relação às entrevistas presenciais, estas foram gravadas com recurso a um dispositivo eletrónico móvel designado Samsung Galaxy S4 Mini mediante autorização do Dr. João Goulão.

A análise das entrevistas consistiu na decomposição da informação disponível em cada questão por forma a reduzir a sua quantidade e a poder centrá-la nas suas partes mais relevantes.

5.2.1. Estudo comparativo

¹⁶ “O método comparativo tem como objectivo estabelecer leis e correlações entre os vários grupos e fenómenos sociais, mediante a comparação que irá estabelecer as semelhanças e/ou as diferenças” (Vilelas, 2009, p. 49).

¹⁷ “Nas entrevistas individuais obtêm-se os dados, inquirindo apenas um indivíduo ...” (Sarmiento, 2013, p. 16).

O estudo comparativo foi realizado no âmbito de retirar as vantagens e desvantagens da nossa legislação. Para isso era necessário ter um método de comparação. Para além da própria análise da lei, foi necessário compreender os procedimentos para o seu cumprimento.

5.2.2. Entrevistas

As entrevistas realizadas foram devidamente organizadas e estruturadas conforme a necessidade de obtenção de informação. Essa mesma informação destina-se a responder às questões do trabalho de investigação.

Para a realização das entrevistas foram elaboradas cartas de apresentação¹⁸ que englobam guiões¹⁹ com perguntas, como pode ser visualizado nos Apêndices B, C e D. Devido ao facto de as entidades entrevistadas ostentarem papéis distintos, mas que se completam, os guiões também apresentam questões distintas.

As entrevistas elaboradas foram gravadas com autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas constando nos Apêndices E e F. Relativamente à entrevista não presencial, apenas os dados essenciais constam da lista de anexos e apêndices devido ao seu volume²⁰. Apesar disso foi elaborado um Quadro²¹ respeitante aos ficheiros recebidos por correio eletrónico.

A pesquisa e recolha de dados das entrevistas foi realizada em Lisboa, estando a data das mesmas compreendida entre o mês de junho e julho de 2014.

O investigador centrará as questões da entrevista em torno das suas hipóteses de trabalho sem excluir possíveis desenvolvimentos paralelos, pois a matéria da entrevista será objeto de uma análise qualitativa do conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 2008).

5.3. Caracterização dos entrevistados

Com o intuito de fornecer qualidade ao trabalho que aqui se apresenta, os entrevistados foram escolhidos de acordo com a missão que desempenham junto das instituições supracitadas, bem como a sua experiência e conhecimentos sobre a temática aqui apresentada.

¹⁸ Consta do Apêndice A

¹⁹ “Entrevista semiformal ou semiestruturada – quando o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados” (Sarmiento, 2013, p. 17)

²⁰ Consta do Apêndice G

²¹ Consta do Apêndice H

Foram realizadas duas entrevistas ao Exmo. Dr. João Goulão, Diretor Geral do SICAD, que também assume as funções de Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, não obstante o mesmo é também Presidente do Conselho de Administração do OEDT.

Foi também realizada uma entrevista à DI/CO da GNR, por se considerar a principal fonte de informação acerca do tema.

Capítulo 6

Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste Capítulo serão apresentados os principais resultados obtidos com a realização do Trabalho de Campo. Com isto, referimo-nos ao estudo comparativo entre a legislação portuguesa referente às NSP's e à do Reino Unido e às entrevistas realizadas.

No que se refere ao estudo de comparativo, foi feita a análise de dois diplomas que foram criados no âmbito do aparecimento das NSP's e abordam-se as suas principais diferenças.

No que às entrevistas concerne, é realizada uma exploração e sintetização das respostas fornecidas pelos entrevistados para posterior análise e conclusão.

6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados do Estudo Comparativo

O Conselho da UE, tendo em consideração a proposta da Comissão Europeia e o parecer do Parlamento Europeu, emitiu uma decisão em que se “...institui um mecanismo de intercâmbio rápido de informações sobre novas substâncias psicoactivas” (Decisão 2005/387/JAI do Conselho, de 10 de maio).

Em janeiro de 2013 foi emitida a Resolução da Assembleia da República nº 5/2013 com o objetivo de “...recomendar ao Governo a tomada urgente de medidas de combate ao consumo e comercialização de substâncias psicoativas não especificamente controladas ao abrigo do Decreto-Lei nº 15/93, de 15 de janeiro...” (Resolução da Assembleia da República nº 5/2013).

A criação de um diploma em 2013, associado, comumente, ao encerramento das designadas *smartshops*, demonstra uma elevada preocupação por parte de Portugal no que “... à abertura de locais dedicados à venda indiscriminada de substâncias psicoativas...” (Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril) diz respeito. “Comercializadas, não raro, a preços módicos, (...) as novas substâncias psicoativas têm vindo a conhecer uma procura crescente, sobretudo entre os adolescentes” (Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril).

O diploma referido supra, Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril, “prevê a possibilidade de as autoridades de saúde territorialmente competentes determinarem o encerramento dos estabelecimentos ou outros locais abertos ao público ou a suspensão da atividade para os fins considerados de grave risco para a saúde pública”.

O objeto desta lei, como referido no seu art.º 1.º, baseia-se na “... prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das novas substâncias psicoativas”. Deste modo, de acordo com o nº1 do art.º 4.º do referido Decreto-Lei, “É proibido produzir, importar, exportar, publicitar, distribuir, vender, deter ou disponibilizar novas substâncias psicoativas, exceto quando destinadas a fins industriais ou uso farmacêutico, desde que devidamente autorizados pelo INFARMED”. Consoante referido no nº 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei mencionado,

“a proibição (...) compreende a venda ambulante, os métodos de venda ao domicílio e equiparada, os eventos de exposição e amostra de produtos, bem como a venda à distância de novas substâncias psicoativas, nomeadamente por catálogo ou em sítios na Internet”.

A legislação no Reino Unido, denominada *Misuse of Drugs Act 1971*, encontra-se dividida por programas:

Programa 1- Constituição do Conselho Consultivo sobre o abuso de drogas;

Programa 2- Drogas controladas;

Programa 3- Tribunais, Órgãos Consultivos e painéis de profissionais;

Programa 4- Julgamento e punição de delitos;

Programa 5- Poupança e disposições transitórias; e

Programa 6- Revogações.

No Reino Unido, foi criada a Ordem Temporária de Classificação de Drogas (TCDO) a 15 de novembro de 2011 para determinada substância passar a ser controlada. O Ministro da Administração Interna do Reino Unido pode fazer uma TCDO se a substância não for controlada no Programa 2; se o Conselho Consultivo sobre o abuso de drogas for consultado e determinar a realização da TCDO; e por recomendação do Conselho Consultivo.

Após a sua criação, o Parlamento do Reino Unido tem 40 dias para a aprovar. Depois da aprovação, a TCDO tem efeito imediato por um período não superior a 12 meses.

Nos casos de posse de uma substância destas, as forças policiais do Reino Unido terão de procurar e deter a pessoa e/ou veículo e apreender a substância. No entanto, a simples posse não constitui um crime face à *Misuse of Drugs Act 1971*. Apenas a sua importação, exportação, produção e tráfico admitem sanções penais. As suas penas máximas

poderão ir até 14 anos de prisão e uma multa ilimitada na acusação ou até 6 meses de prisão e uma multa de £5000 em condenação sumária.

Em termos de comparação, a legislação portuguesa não prevê uma moldura penal para a importação, exportação, publicidade, distribuição, venda, detenção ou disponibilização de NSP's, impondo apenas contraordenações com coimas no valor máximo de €3740 para as pessoas singulares e €44890 nos casos de pessoas coletivas. Nos casos de posse para consumo, aplica-se a Lei nº 30/2000, de 29 de novembro.

É de referir também que, ao contrário do Reino Unido, Portugal não introduz as substâncias na legislação de combate à droga mas sim em portaria. A Portaria nº 154/2013, de 17 de abril, contém as NSP que vão surgindo na Europa, sendo que a introdução de outras poderá ser feita por mero despacho do Ministro da Saúde, não necessitando da aprovação da Assembleia da República (AR).

Um aspeto positivo relativamente à legislação do Reino Unido reside no facto de serem feitas análises e perícias a substâncias potencialmente perigosas para a saúde pública. O mesmo não acontece em Portugal, visto que a Portaria, que iria definir os termos em que as análises são realizadas, ainda não foi criada.

Apesar do sucesso de ambas, a legislação portuguesa acabou por ser apenas uma medida para encerrar as *smartshops*, na medida em que as substâncias vão acabar por ser consumidas no mercado ilegal e pouco conhecido.

6.2. Análise das Entrevistas

Neste subtítulo são apresentadas as análises das entrevistas efetuadas ao Exmo. Dr. João Goulão e ao representante da DI/CO da GNR. As transcrições das entrevistas encontram-se nos Apêndices E, F e G respetivamente.

As entrevistas realizadas constituem-se como um dos pilares essenciais para a concretização deste TIA. Por conseguinte, a sua análise é, de igual forma, imperativa para a perceção do modo como as instituições aqui referidas se articulam, a sua preparação, a sua ação e o desenvolvimento do seu trabalho.

6.2.1. Apresentação dos resultados da entrevista ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Para uma melhor compreensão e análise da entrevista, é abordada cada uma das questões do Guião constante no Apêndice B individualmente.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

A missão do SICAD é a de promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. A sua Direção Geral foi criada com o objetivo de pensar as políticas de uma forma alargada.

Com o objetivo mencionado, o SICAD é o responsável pelo delinear destas políticas, da negociação da sua execução através de uma rede alargada de parceiros, elaboração de estratégias e construção planos de ação em colaboração com todas as áreas ministeriais. O seu Diretor Geral é por inerência o Coordenador Nacional do Combate à Droga, e tem uma articulação muito estreita com serviços e entidades de 11 ministérios presentes nos diplomas das estruturas de coordenação nacional²². A função do Coordenador Nacional, cargo criado em 2010, é a de “garantir uma eficaz coordenação e articulação entre s vários departamentos governamentais envolvidos nos problemas relacionados com a droga, as toxicodependências e o uso nocivo do álcool” (art.º 7º do DL nº 40/2010, de 28 de abril).

A intervenção no terreno, propriamente dita, é assegurada pelas Administrações Regionais de Saúde (ARS's). São estas que têm competência para uma atuação mais próxima dos cidadãos. Para o fazerem é necessário cumprir com as normas e os regulamentos que são efetuados pelo SICAD. AS Organizações Não Governamentais (ONG's) também têm um papel de destaque nesta atuação, sendo responsáveis pela intervenção, prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos relativos a comportamentos aditivos e toxicodependências.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

O SICAD tem à sua disposição cerca de 80 profissionais, sendo que cerca de 5 são médicos, contando também com psicólogos e assistentes sociais. No entanto, a formação dos

²² Conforme art.º 2º do DL nº 40/2010, de 28 de abril.

profissionais depende das necessidades da instituição. Muitos membros da organização já se encontraram a trabalhar diretamente na intervenção no terreno e deste modo dispõem de uma vasta experiência e conhecimentos.

A formação é contínua e a participação em congressos e colóquios por parte dos seus profissionais é constante. Existem programas específicos internos consoante as necessidades de adaptação do SICAD às realidades nacionais e internacionais, não existindo portanto um padrão na formação base dos membros.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

A cooperação feita entre o SICAD e outras entidades é feita segundo dois níveis. Primariamente através das estruturas de coordenação nacional. Um dos representantes nestas estruturas é o Ministro da Administração Interna (MAI) que se caracteriza como sendo um elo de ligação com as FS, nomeadamente a GNR e a Polícia de Segurança Pública.

Com o Decreto-Lei nº 40/2010, de 28 de abril, foi criado o Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. Como é possível verificar através da al. d) do art.º 2.º do referido Decreto-Lei, o Ministro da administração Interna (MAI) é um dos membros deste Conselho a par do Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, Dr. João Goulão, membro que me forneceu esta entrevista.

Em articulação com o SICAD, apresentam-se as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT's) atuando diretamente no terreno e existindo uma por cada distrito. Estas comissões também colaboram com as forças policiais que por sua vez intervém de igual forma no terreno. Ou seja, os dois níveis referidos constituem-se como sendo através da coordenação política com as chefias das entidades e de intervenções no terreno com as forças policiais e as CDT's.

Todos os anos o SICAD recebe relatórios acerca da intervenção feita pelas forças policiais no âmbito do combate ao consumo e tráfico de estupefacientes. Destes relatórios é feita uma compilação e a realização de um novo para ser apresentado à Assembleia da República. O SICAD também mantém relações estreitas com o OEDT, enviando para o mesmo uma compilação anual que contém as informações que o Observatório pretende dos vários parceiros, em inglês.

Na cooperação entre o SICAD e as FSS delineiam-se planos de ação e estratégicos que determinam um conjunto de soluções conforme a situação. Estes planos, após

negociação e aprovação acabam por ter um pouco de força de lei na medida em que têm de ser seguidos pelas instituições.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

Como foi referido supra, o SICAD dispõe de 80 profissionais. Para além destes, as CDT's contam com aproximadamente 110 membros o que perfaz um total inferior a 200.

O SICAD dispõe de um orçamento global de cerca de 16 milhões de euros. Cerca de 7 milhões desse bolo é oriundo dos jogos sociais e destinado ao financiamento do PORI. Outras despesas relacionam-se com o pagamento de salários dos membros do SICAD e dos membros das CDT's, à manutenção dos serviços, a investigações e estudos realizados e a representações de Portugal nas atividades das relações internacionais.

Os restantes gastos prendem-se com a intervenção no terreno, nomeadamente na aquisição de produtos autorizada a nível nacional pelas ARS's.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

O aparecimento de NSP's em Portugal constituiu uma enorme noticiabilidade e mediatismo nos órgãos de comunicação social. Após o surgimento do Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril, o teor das notícias foi outro²³. Este Decreto-Lei fez com que as lojas especializadas na venda de substâncias não controladas à data fossem encerradas. Apesar de não existirem dados concretos acerca da possível transferência destas substâncias para o mercado ilícito, o encerramento das *smartshops* é visto como uma conquista, face à publicidade que incitava os jovens ao seu consumo.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

As NSP's causam algumas perplexidades. Para além das FS, também as autoridades de saúde se deparadas com a sua novidade. Isto deve-se principalmente à rapidez com que estas surgem diariamente.

²³ Anexo E: Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril (Diário de Notícias 24/04/2013).

A produção de legislação a aplicar em toda a Europa, relativamente ao controlo das NSP's, é uma das grandes preocupações e motivo de discussão no Grupo Horizontal de Drogas²⁴.

É de salientar que a legislação em Portugal relativa ao tráfico e consumo de estupefacientes (Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro) contém sanções penais. Por outro lado, a referente à prevenção e proteção contra a publicidade e comércio das NSP's, apenas envolve medidas contraordenacionais. Isto implica uma forma diferente de atuação, por parte das FS.

Obtém-se, assim, um método mais célere e fluído de incluir NSP's nas tabelas constantes da Portaria nº 154/2013, de 17 de abril. Apenas a AR tem competência para aprovar o estabelecimento de sanções penais e deste modo, a lista de substâncias pode ser editada por mero despacho do Ministro da Saúde.

O Exmo. Dr. João Goulão afirma que "... isto não resolve em absoluto o problema de outras formas de comercialização nomeadamente os circuitos ilícitos nem através da internet, por exemplo. Mesmo assim, na opinião dos vários parceiros é bastante positiva." – referindo-se à publicação do Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril.

6.2.1. Apresentação dos resultados da entrevista ao Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência

De igual forma ao que foi apresentado no subcapítulo anterior, para uma melhor compreensão e análise da entrevista, é abordada cada uma das questões do Guião constante no Apêndice C individualmente:

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

O SICAD é o ponto focal em Portugal do Observatório Europeu.

A partir do momento em que qualquer situação seja identificada pelas FS ou pela Direção Geral da Saúde, as substâncias serão analisadas pelo LPC a menos que se tratem de

²⁴ Grupo Horizontal de drogas: "Este grupo de trabalho do Conselho Europeu, criado em fevereiro de 1997, tem por objetivo assegurar a coordenação multidisciplinar e transpilar da ação do Conselho em matéria de luta contra a droga, desempenhando um papel relevante na definição e implementação das políticas da UE nesta matéria." (SICAD, 2011)

fluídos ou amostras orgânicas. Nestes últimos casos referidos cabe ao Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) a sua identificação e estudo.

Os serviços referidos no parágrafo anterior, sempre que essa deteção é feita, reportam ao SICAD e este por sua vez informa o Observatório. O mesmo acontece quando uma substância é identificada por outro país membro da UE, em que o OEDT ou a EUROPEAN POLICE (EUROPOL) informa o SICAD.

Por sua vez, quando o SICAD recebe esta informação, este difunde aos seus parceiros.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

Relativamente à questão em causa, o Exmo. Dr. João Goulão afirma que “... não é uma realidade com impacto significativo.”

O que se tem vindo a relatar em alguns países europeus é a utilização de Fentanil em substituição da heroína, que se constitui nos dias de hoje como a principal ameaça em Portugal. De acordo com Goodman, et al. (1987), “o fentanil é opióide primariamente agonista [, e] como analgésico, estima-se que seja 80 vezes mais potente do que a morfina. Doses elevadas de Fentanil produzem intensa rigidez muscular”.

O que se verifica em Portugal, por sua vez, não é a substituição de heroína por opiáceos sintéticos, mas sim o constante aparecimento de estimulantes sintéticos.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

O principal problema associado às NSP’s é a sua novidade e falta de informação. Ou seja, é difícil encontrar respostas para algo que se desconhece. A falta de informação constitui-se, portanto, como o principal entrave em todos os níveis de atuação.

O facto de estas substâncias serem novas e não existirem estudos acerca das mesmas dificulta o trabalho realizado por todos os serviços. Para além das FS, as autoridades de saúde também encontram obstáculos no desempenho das suas funções. Enquanto o tratamento de pacientes que consumam substâncias controladas se desenvolve já de um modo cientificamente testado, o tratamento de doentes pelo consumo de NSP’s caracteriza-se, segundo o Exmo. Dr. João Goulão, como “um tiro no escuro”.

O consumo de várias substâncias, denominado policonsumo, agrava ainda mais a situação referida no parágrafo anterior.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

A lista de NSP's, constante da Portaria nº 154/2013, de 17 de abril, não só inclui as substâncias detetadas em Portugal, como também as que foram detetadas em toda a Europa. Apesar de não se possuir o conhecimento real dos mercados ilícitos e do aparecimento de NSP's em Portugal, a inclusão das substâncias identificadas a nível europeu caracteriza-se como um método de prevenir o seu aparecimento no nosso país.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

O desenvolvimento de legislação acerca das NSP's a nível europeu é um dos assuntos mencionados em diversos documentos da temática, nomeadamente no Relatório Europeu sobre Drogas do OEDT, e é o ponto principal das reuniões existentes. No entanto, esta ainda não se encontra disponível.

Apesar de se constituir, pela atual Comissão Europeia, como um foco de atenção, de acordo com o Exmo. Dr. João Goulão, nada se sabe acerca do futuro da mesma. Isto resulta da futura nomeação de uma nova Comissão Europeia e, deste modo, ainda não se percebe se, o lançamento de legislação referente às NSP's para todo o espaço europeu, irá continuar no topo das prioridades políticas.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

A cocaína caracteriza-se como o principal estimulante, a nível do seu consumo, em Portugal. Isto verifica-se principalmente pelo país se encontrar nas rotas de entrada desta substância para o mercado europeu.

Sendo que o seu preço se encontra elevado, outras formas da sua apresentação vão aparecendo, a preços mais reduzidos. São exemplos, o *crack* e a pasta base, mais conhecidos pelo seu consumo noutros países. O Exmo. Dr. João Goulão afirma que “aquelas subpopulações que tradicionalmente eram mais tocadas pela heroína estão a ser mais atingidas pelo uso de cocaína fumada.”

Em Portugal, verifica-se, com mais incidência, o consumo de substâncias comercializadas como se de ecstasy se tratasse. Ou seja, tratam-se de NSP's, com efeitos semelhantes ao desta substância no SNC, mas ainda algo desconhecidos no restante organismo.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7

A existência de lojas na internet que comercializam NSP's é um facto em toda a Europa. No entanto, caracterizar a dimensão de compras que são efetuadas por portugueses nestas lojas, é algo muito difícil de aferir. Como refere o OEDT, o mercado referido encontra-se em constante expansão.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8

O OEDT, como entidade europeia, não tem uma ligação direta com as FS nacionais. O que acontece atualmente, é a articulação desta organização com a EUROPOL e por sua vez, esta última, tem sim contacto direto com as forças policiais nacionais, estabelecendo desse modo trocas de informações.

Para além do referido, o Exmo. Dr. João Goulão ainda afirma que as FS também participam em grupos de peritos na referenciação dos indicadores alusivos à Oferta²⁵.

6.2.2. Apresentação dos resultados da entrevista à Direção de Informações da Guarda Nacional Republicana

À semelhança do que se realizou para as entrevistas anteriores, a análise desta será efetuada através da particularização de cada uma das questões constantes no Apêndice D.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

De acordo com a DI/CO da GNR:

Além dos meios humanos e cinotécnicos, a Guarda dispõem de Kits de Deteção de Produto Estupefaciente, vulgarmente chamados de “Kits de Droga”, no dispositivo da Guarda:

²⁵ Oferta: dados representativos, da situação geral de um determinado país ou continente, acerca do consumo e tráfico de estupefacientes. Estes dados são relativos a apreensões realizadas pelas forças de segurança, à eficácia das medidas de combate ao tráfico e pelos questionários efetuados (SICAD, 2003, p.17).

- Tipo A - deve permitir reações de identificação fácil de alcaloides do ópio, opiáceos sintéticos e anfetaminas, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo B - deve permitir reações de identificação fácil de presença de Barbitúricos, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo C - deve permitir reações de identificação fácil de LSD-25 (dietilamida do ácido d-lisérgico), utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo D - deve permitir reações de identificação fácil de Liamba, Haxixe, Óleo de Haxixe, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo E - deve permitir reações de identificação fácil de Cocaína, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.

No entanto, a identificação das NSP's por parte destes Kits nem sempre é fidedigna. O mesmo acontece com os meios cinotécnicos devido à novidade das substâncias.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

No âmbito da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), a GNR colabora com diversas entidades, como as Autoridades Judiciárias²⁶, os restantes Órgãos de Polícia Criminal (OPC), sendo estes a PJ e a PSP e com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Para além destes, ainda colabora com outras entidades europeias e internacionais como a EUROPOL e a INTERNATIONAL POLICE (INTERPOL).

Para além destes referidos supra, ainda colabora com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), com o SICAD e com as CDT's, com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), com o INFARMED e restantes autoridades de saúde.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

No que à formação dos militares da GNR concerne, as seguintes figuras traduzem o detalhe apresentado pela Escola da Guarda (EG) a nível de estupefacientes:

²⁶ “Autoridade judiciária: o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência,” (al. b) do art.º 1 do CPP)

15	DROGA: <ul style="list-style-type: none"> Definir, classificar e identificar as Drogas do grande tráfico. Identificar o regime jurídico aplicável ao consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas. Identificar o regime jurídico aplicável ao tráfico (em flagrante delito) de substâncias estupefacientes e psicotrópicas. 	4	<ul style="list-style-type: none"> Definir droga; Identificar e caracterizar os: <ul style="list-style-type: none"> Depressores; Estimulantes; Perturbadores. Diferenciar os vários tipos de consumidores; Identificar a Droga através das propriedades físicas; Realizar o teste DIK 12; Identificar em que circunstâncias o agente incorre em contraordenação; Identificar a entidade competente para conhecer a contraordenação; Enunciar em que consiste a figura de indiciado; Identificar as medidas cautelares relativas ao indiciado descompensado fisicamente e psicologicamente; Descrever as medidas a adotar em situação de contra-ordenação; Descrever a atuação correta perante uma situação de tráfico, detetado em flagrante delito. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG
----	---	---	---	---

Figura 3 - Detalhe da EG acerca de estupefacientes (sessão nº 15)

Fonte: DI/CO da GNR, Adaptado pelo autor

16	DROGA: <ul style="list-style-type: none"> Atuar corretamente em flagrante delito numa situação de contraordenação (consumo) e elaborar o expediente resultante. Atuar corretamente no crime de tráfico detetado em flagrante delito, e elaborar o expediente resultante. <p>(Situações práticas a executar pelos formandos, com a turma dividida em pequenos grupos)</p>	2	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e tipificar o ilícito; Atuar corretamente perante o ilícito; Elaborar o expediente relativo à situação de consumo (contraordenação) e de tráfico em flagrante delito (Crime) 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG Cenário simulado de consumo de droga e de posse e detenção de droga
----	---	---	--	--

Figura 4 - Detalhe da EG acerca de estupefacientes (sessão nº 16)

Fonte: DI/CO da GNR, Adaptado pelo autor

Nas figuras, a primeira coluna é referente ao nº da sessão, a segunda aos objetivos gerais e a terceira ao nº de tempos letivos. A quarta e quinta coluna são referentes aos objetivos específicos e elementos de consulta, respetivamente.

Como se pode verificar através das figuras, durante a formação dos militares, são disponibilizados 6 tempos letivos para administrar conhecimentos acerca de estupefacientes, nomeadamente na sua definição e classificação, na identificação do regime jurídico aplicável ao consumo e tráfico e nos diferentes modos de atuação perante situações concretas.

No entanto, no que às NSP's diz respeito, nada é referido. É somente dada, nesta fase, formação acerca dos estupefacientes de grande tráfico e consumo.

A informação relativa ao Regulamento de Formação de Guardas provem do Comando de Doutrina e Formação (CDF) da GNR.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

Apesar de, numa fase inicial da formação a temática das NSP's não ser abordada, todos os anos são realizadas atualizações conforme o aparecimento de nova legislação. Estas atualizações são realizadas pelos órgãos competentes para estas matérias, nomeadamente o CDF, o CO da Direção de Operações (DO) e o CO da Direção de Investigação Criminal (DIC).

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

Com a análise do documento “GNR 2013 - dados das apreensões e intervenções com detidos” fornecido pela DI/CO da GNR, foi-nos possível constatar que, no ano de 2013, das 1927 apreensões de estupefacientes realizadas, 21 delas foram de substâncias que, como a própria designação no documento indica, são de cariz indeterminado. Ou seja, estas substâncias ainda não se encontravam controladas no momento em que foram apreendidas.

No entanto, é efetuada a divulgação de novos tipos de drogas, de consumo internacional, a todo o dispositivo.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

Através da análise dos documentos enunciados do ponto 4 ao 9 do Quadro 2 constante no Apêndice H, pode-se constatar que os meses de verão são os mais acentuados no que se relaciona com apreensões de estupefacientes. Para além das datas também se conseguiu aferir que as zonas costeiras apresentam um maior índice de apreensões efetuadas pela GNR.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7

Pela análise do documento referido no ponto 6 do Quadro 2 constante no Apêndice H, foi possível aferir que o sexo predominante dos sujeitos alvos de apreensões por parte da GNR é o masculino.

Relativamente à sua faixa etária, esta varia consoante a sua tipologia. No que se refere ao consumo, a faixa etária predominante encontra-se entre os 20 e os 25 anos de idade. Referentemente ao tráfico, a faixa etária predominante encontra-se entre os 25 e os 30 anos de idade. É de salientar que os dados contidos no documento enunciado contém informação relativa aos anos de 2009 a 2013.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8

Apesar de ainda não existirem estudos que reportem aos fatores que influenciam a atuação das forças policiais face à proliferação de novos estupefacientes, pela análise do estado da arte e da entrevista realizada ao SICAD pode-se constatar que a novidade e a rapidez com que estas surgem representam dificuldades na sua identificação. Apesar da intenção da criação de uma legislação europeia neste âmbito, esta ainda não é uma realidade. A legislação portuguesa dificulta o trabalho de quem se encontra no terreno por apenas apresentar sanções contraordenacionais. A falta de informação relativa às mesmas constitui também uma limitação quanto ao trabalho desempenhado pelas forças policiais por não existirem meios de deteção eficazes para a sua recolha e análise no momento. E, por último, as formas de comercialização, nomeadamente por catálogo e internet facilitam a acessibilidade a estas substâncias e por sua vez também dificultam a sua deteção.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9

De acordo com a DI/CO da GNR, “A adaptação é realizada pelos órgãos competentes, CDF, CO/DO e CO/DIC, quando é publicada nova legislação (e.g. smartshops).” No entanto, na formação de base dos futuros militares da GNR, ainda não se verificou o enquadramento das NSP.

Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10

Relativamente ao *modus operandi* relativo à fiscalização de estupefacientes, este varia conforme a situação que se apresente.

No caso de se fiscalizar um condutor e se suspeite que este tenha ingerido substâncias psicotrópicas, este é submetido a análises e posteriormente efetuado relatório médico, conforme especificado no art.º 81 do Código da Estrada. De acordo com o n.º 1 do art.º 8 da lei n.º 18/2007, de 18 de maio, as substâncias testadas serão: canabinoides, cocaína e seus metabolitos, opiáceos, anfetaminas e seus derivados.

Este apresenta-se como um dos exemplos do *modus operandi* usado na fiscalização de estupefacientes. Ou seja, conforme a situação, o *modus operandi* pode variar.

Capítulo 7

Conclusões e recomendações

Este capítulo visa dar uma resposta ao objetivo principal deste trabalho: avaliar qual a verdadeira dimensão que o facto da proliferação de novos estupefacientes tem no exercício das funções de polícia e de que forma é que estas poderão estar a ser afetadas por esse mesmo problema, conforme mencionado supra.

Para além do mencionado, algumas reflexões e recomendações irão ser feitas. Deste modo pretende-se compreender melhor o tema abordado e perceber em que áreas é necessário trabalhar de modo a que o problema das NSP's não se venha a constituir um problema demasiado extenso em Portugal.

7.1. Verificação das hipóteses

Neste subcapítulo serão abordadas as H's e consequente verificação das mesmas para que se possam retirar conclusões:

A **H1**: “A GNR participou no desenvolvimento da legislação referente à prevenção e proteção contra a publicidade e comércio de NSP's”; é refutada. No entanto, o MAI, como membro do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, participa.

Respondendo à **PD1**: “Quais as entidades que participaram no desenvolvimento da legislação referente à prevenção e proteção contra a publicidade e comércio de NSP's?”; pode-se afirmar que, para além do Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, também participam membros do Governo responsáveis pelas áreas: dos negócios estrangeiros; das finanças; da defesa nacional; da administração interna; da justiça; da economia; da agricultura; do ambiente; do trabalho; da segurança social; da saúde; da educação; e da ciência e do ensino superior.

Relativamente à **H2**: “A GNR utiliza aparelhos de verificação dos compostos químicos de uma determinada substância”; é refutada. Até ao momento a GNR não consegue identificar os compostos químicos de uma determinada substância à semelhança do LPC da PJ e do INML.

Em relação à **PD2**: “Quais os equipamentos de apoio à fiscalização e identificação destas substâncias que a GNR utiliza?”; pode-se afirmar que são utilizados Kits de Detecção de Produto Estupefaciente que identificam determinada substância estupefaciente através de reação de reconhecimento fácil.

A **H3**: “A legislação em Portugal impõe sanções penais para o tráfico de NSP’s”; é refutada. Apesar da eficácia da lei relativamente ao encerramento das lojas especializadas na venda destas substâncias, a lei apenas prevê sanções contraordenacionais.

Com base na comparação realizada entre os dois diplomas (o português e o do Reino Unido) está-se em condições para dar resposta à **PD3**: “O que distingue a legislação relativa às NSP’s em Portugal comparativamente ao Reino Unido?”. A principal diferença entre as leis, reside nas sanções aplicadas. Como foi referido, em Portugal apenas se aplicam medidas contraordenacionais, mesmo para a produção e a venda destas substâncias. No Reino Unido, existem sanções penais, sendo que apenas a sua posse para consumo é que não constitui um crime.

A **H4**: “A falta de informação acerca das NSP’s e as suas formas de dissimulação são fatores que condicionam a sua identificação numa fiscalização”; é validada. A falta de informação é um fator condicionante e, apesar das formas de dissimulação serem neste momento conhecidas, é necessário encontrar respostas para colmatar esse disfarce.

Assim, respondendo à **PD4**: “Quais os fatores que podem influenciar a fiscalização e identificação de NSP’s pela GNR?”; pode afirmar-se que para além da sua novidade e consequente falta de informação e estudos científicos acerca das NSP’s, as formas de comercialização, por catálogo e internet dificultam a sua fiscalização e identificação.

7.2. Reflexões e recomendações

Com a investigação realizada, considera-se que os objetivos do trabalho foram alcançados. Deste modo, pode-se concluir que a legislação para a prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio de NSP’s, apesar de eficaz no encerramento das lojas especializadas, não aplica uma moldura penal para os infratores.

Respondendo à PP: “**Quais as implicações da legislação portuguesa de proibição da comercialização de NSP’s para a atuação da GNR?**”; pode-se constatar que é expectável a transição das NSP’s para o mercado ilícito, visto que as NSP’s substituem as controladas com moldura penal aplicável. O seu acesso e disponibilidade pode aumentar por apenas existirem sanções contraordenacionais. Por último, o facto de não serem realizadas

análises e perícias às substâncias indeterminadas em Portugal, faz com que apenas possam ser introduzidas nas tabelas, substâncias que aparecem nos restantes países da Europa devido à partilha de informações entre o SICAD e o OEDT.

7.3. Limitações da investigação

O facto de não ter sido possibilitada uma entrevista por parte do Exmo. Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária traduz-se como uma lacuna na realização deste relatório. O sigilo profissional foi a razão pela qual esta não me pode ser fornecida. No entanto, o guião desta entrevista pretendida encontra-se no Apêndice I.

7.4. Recomendações e propostas para investigações futuras

Considera-se que a criação da Portaria, que define os termos em que as análises e perícias a substâncias desconhecidas, seria uma mais-valia para Portugal. Assim poder-se-ia apurar quais são as principais NSP's apreendidas em Portugal para tentar colmatar esse obstáculo. A transferência periódica das NSP constantes das tabelas da Portaria nº 154/2013, de 17 de abril, para as tabelas anexas à legislação referente ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, poderia ser uma forma de atribuir uma moldura penal ao seu tráfico.

Bibliografia

- Academia Militar (2013). *NEP 520/2.º/01JUN13/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, V. (2013). *A legalidade e o desconhecimento: percepções de risco acerca das novas substâncias psicoativas*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Faculdade Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- APA (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. (2ª ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Assembleia da República (2000). Lei nº 30/2000, de 29 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, nº 276, 6829- 6832.
- Assembleia da República (2008). Lei nº 49/2008, de 27 de agosto (Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal), *Diário da República*, 1ª Série, nº 165, 6038-6042.
- Assembleia da República (2013). Resolução da Assembleia da República nº 5/2013, de 28 de janeiro. *Diário da República*, 1ª Série, nº 19, 541.
- Assembleia da República (2014). Decreto-Lei nº 22/2014, de 28 de abril. *Diário da República*, 1ª Série, nº 81, 2518-2519.
- Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (2010). *Saiba mais sobre Psicotrópicos e Estupefacientes*. Retirado Junho, 3, 2014, de http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/PUBLICACOES/TEMATICOS/SAIBA_MAIS_SOBRE/SAIBA_MAIS_ARQUIVO/22_Psicotropicos_Estupefacientes.pdf.
- Calado, V. (2013). *Novas Substâncias Psicoativas - O caso da Salvia Divinorum*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Conselho da União Europeia (2005). Decisão 2005/387/JAI do Conselho, de 10 de maio. Jornal Oficial da União Europeia, L 127/32.
- Costa, N. (2010). *Prevalência do consumo de drogas de abuso nos casos mortais autopsiados na delegação do Centro do instituto nacional de medicina legal e no gabinete médico-legal da figueira da foz entre 1990 e 2007*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Faculdade de Medicina da Universidade e Coimbra, Coimbra.

Eco, H. (2011). *Como se faz uma Tese em Ciências Sociais*. (17ª Ed.) Lisboa: Presença

Escohotado, A. (1992). *Para uma fenomenologia de lãs drogas*. Madrid: Biblioteca Mondadori.

Escohotado, A. (2004). *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2012). *World Drug Report 2012*. Viena: Division for Policy Analysis and Public.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2013). *World Drug Report 2013*. Viena: Division for Policy Analysis and Public.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2014). *World Drug Report 2014*. Viena: Division for Policy Analysis and Public.

Fernandes, L. (1990). *Os Pós Modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas: Estudo Teorico-Metodológico e Pesquisa de Terreno*. Centro de Psicologia do Comportamento Desviante. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal.

Fernandes, L. (2009). *O que a droga faz à norma*. Revista Toxicodependências, vol.15, 1, 3-18 (Ed. IDT).

53

Fernandes, L. & Ramos, A. (2010). *Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”*: etnografia das drogas numa periferia urbana. Revista Toxicedependências, 16, 2, 15-27 (Ed. IDT).

Fortin, M. (2003) – *O processo de investigação: da concepção à realização*. (3.ª Ed.) Loures: Lusociência.

Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Guarda Nacional Republicana (2002). *Norma de Execução Permanente nº 2.09 de 10 de outubro de 2002*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Goodman, R., GILMAN, A, RALL, W. *et al.* (1987). *As bases farmacológicas da terapêutica*. (7ª Ed.) Rio de Janeiro: Guanabara,

Hughes, B., Gallegos, A., Sedefov, R. (2011). *Drogas em destaque nº 22 – Nota do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência*. Lisboa: Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

Marconi, M., LAKATOS, E. (2007) – *Fundamentos de metodologia científica*. (6ª Ed.) São Paulo : Atlas.

Ministério da Administração Interna (1995). Decreto-Lei nº 81/95, de 22 de abril. *Diário da República*, I- Série – A, nº95, 2314-2316.

Ministério da Defesa Nacional (2008). Decreto-Lei nº 37/2008, de 5 de março. *Diário da República*, 1ª Série, nº 46, 1382-1387.

Ministério da Justiça (1993). Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro. *Diário da República*, I Série – A, nº 18, 234-252.

Ministério da Saúde (2010). Decreto-Lei nº 40/2010, de 28 de abril. *Diário da República*, 1ª Série, nº 82, 1461-1466.

Ministério da Saúde (2013). Decreto-Lei nº 54/2013, de 17 de abril. *Diário da República*, 1ª Série, nº 75, 2251-2254.

Ministério da Saúde (2013). Portaria nº 154/2013, de 17 de abril. *Diário da República*, 1ª Série, nº 75, 2254-2257.

Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna (2009). Portaria nº 1099/2009, de 24 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série, nº 185, 6812-6814.

Ministérios da Justiça e da Saúde (1996). Portaria nº 94/96, de 26 de março. *Diário da República*, I Série - B, nº 73, 611-613.

Mustata, C., Torrens, M., Pardo, R. & Pérez, C. (2009). *Spice drugs: los cannabinoides como nuevas drogas de Diseño - Adicciones*.

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2011). *Relatório Europeu sobre Drogas 2011*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2011.

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2012). *Relatório Europeu sobre Drogas 2012*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2012.

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2014). *Relatório Europeu sobre Drogas 2014*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2014.

Organização Mundial da Saúde (1984). Droga in Polis. *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Vol. 2, 727-774.

Presidência do Conselho de Ministros (2001). Decreto-Lei nº 130-A/2001, de 23 de abril. *Diário da República*, I- Série, nº 95, 2334-2338.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, J. (1995). Dependência ou dependências? *Incidências históricas na formalização dos conceitos*. in *Toxicodependências*. Lisboa: Ministério da Saúde – Serviço de Prevenção e Tratamento de Toxicodependências.

Rodrigues, B. (2012). *Código de Processo Penal Português e Legislação Processual Penal Fundamental*. Coimbra: Letras e Conceitos, Lda.

Santos, C. (2009). *Código Civil* (12ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.SA.

Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (3ª ed.) Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2013). *Relatório Anual – 2012 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Patrício, L. (1991). *Face à droga: como (re)agir?*. Lisboa: Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

Poiars, c. (1999). *Contribuição para uma análise histórica da droga*. in *Toxicodependências*, 5, pp. 3-5.

Vilelas, José (2009) – *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo

Apêndices

Apêndice A

Carta de Apresentação



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

“FISCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS TIPOS DE ESTUPEFACIENTES E SUAS VARIANTES”

Autor: Aspirante Inf^a GNR José Fernando Alonso Pinto da Mota

Orientador: Major Inf^a GNR José Manuel Marques Dias

Lisboa, julho 2014

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A entrevista que se segue surge no âmbito da realização do Relatório Científico Final de Investigação Aplicada. Este trabalho encontra-se subordinado ao tema: “Fiscalização e identificação de novos tipos de estupefacientes e suas variantes” e assume como seu principal objetivo avaliar qual a verdadeira dimensão que o facto da proliferação de novos estupefacientes tem no exercício das funções de polícia.

Desta forma pretende-se que as respostas sejam dadas com base na realidade atual que se verifica no nosso país e na europa acerca desta temática dos novos estupefacientes. Para além disso, a experiência dos entrevistados considera-se fundamental devido aos seus conhecimentos e ideias sobre a temática aqui apresentada.

Deste modo, solicito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista, a qual se constituirá como uma ferramenta essencial para a realização deste trabalho de investigação na medida em que será possível atingir os seus objetivos.

Obrigado pela sua colaboração,

José Fernando Alonso Pinto da Mota
Aspirante de Infantaria da GNR

Apêndice B

Guião de entrevista Dr. João Goulão – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Questões:

Questão 1:

- O SICAD tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. De que forma é que essa missão é realizada?

Questão 2 e derivadas:

- Qual a formação que os elementos da organização têm ao seu dispor? Esta formação é ministrada por quem?

Questão 3 e derivadas:

- Existe cooperação entre o SICAD e as forças e serviços policiais/ outras entidades? Quais?

- Existe cruzamento de dados / troca de informações? (através de que meios/ plataformas?)

Questão 4:

- Que meios têm ao seu dispor?

Questão 5 e derivadas:

- Dispõem de dados relativos ao consumo e tráfico de substâncias “não controladas” dos últimos quatro anos (desde 2010)?

Questão 6:

- Quais são os fatores que considera serem influentes na atuação das forças e serviços policiais face à proliferação de novos estupefacientes?

Apêndice C

Guião de entrevista Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

Questões:

Questão 1 e derivadas:

- Existe algum sistema de alerta rápido em Portugal idêntico ao que foi criado a nível europeu? Quando foi criado? Como funciona?

Questão 2:

- Através da análise do relatório europeu verifiquei que existe a substituição da heroína por opiáceos e estimulantes sintéticos. O mesmo se verifica em Portugal?

Questão 3:

- Existe um contínuo lançamento de novas substâncias psicoativas no nosso mercado (europeu). Encontramo-nos preparados para a entrada no mercado de novas drogas?

Questão 4:

- Em 2013 foram notificadas através do sistema de alerta rápido da UE 81 novas substâncias psicoativas. Tem dados relativos a Portugal? (de preferência nos últimos 4 anos, desde 2010)

Questão 5:

- Fala-se numa nova legislação relativa ao crescente volume e variedade de substâncias psicoativas para toda a UE. Para quando se encontra previsto o lançamento desta nova legislação?

Questão 6 e derivadas:

- Relativamente ao mercado de estimulantes fala-se em escassez levando ao consumo de outras substâncias a preço reduzido. O mesmo se verifica em Portugal? Quais são essas alternativas?

Questão 7:

- Relativamente à oferta de droga, existe a disponibilidade de novas substâncias psicoativas não controladas em lojas na internet, lojas especializadas e no mercado de drogas ilícitas na europa. Esta disponibilidade também se verifica em Portugal?

Questão 8 e derivadas:

- Existe cooperação entre a OEDT e as forças policiais/ outras entidades? Existe cruzamento de dados / troca de informações? (através de que meios/ plataformas?)

Apêndice D

Guião de entrevista a representante da Direção de Operações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

Questões:

Questão 1:

- Quais os meios ao dispor da GNR para o combate ao tráfico e consumo de estupefacientes?

Questão 2:

- A GNR colabora com outras organizações/ entidades nesta matéria?

Questão 3:

- Qual a formação dada aos militares da GNR que neste momento se encontram no terreno (sem ser o pessoal dos NIC)?

Questão 4:

- A formação ministrada aos elementos da GNR encontra-se atualizada de acordo com os novos tipos de estupefacientes?

Questão 5 e derivadas:

- Nestes últimos quatro anos foram encontrados novos tipos de estupefacientes que à data não se encontravam como controlados (ou seja, não eram abrangidos pela lei)? Quais?

Questão 6:

- Quais as datas em que as apreensões foram mais acentuadas?

Questão 7:

- Qual o sexo e a faixa etária destas apreensões?

Questão 8:

- Quais são os fatores que influenciam a atuação das forças policiais face à proliferação de novos estupefacientes?

Questão 9:

- Como é que a adaptação à nova legislação que abrange os estupefacientes está a ser feita?

Questão 10:

- Qual é o modus operandi usado na fiscalização de estupefacientes?

Apêndice E

Transcrição da entrevista ao Dr. João Goulão – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Questão 1:

- O SICAD tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. De que forma é que essa missão é realizada?

Resposta 1:

Durante vários anos existiu o IDT, Instituto para a Dissuasão da Toxicodependência; tinha um mandato que no meio era só dirigido às substâncias ilícitas. A partir de 2008 deu-se a fusão do IDT com os centros regionais de alcoologia, incluindo no mandato do IDT a questão do álcool, o abuso da bebida.

Nós comunicamos defender junto do poder político que o IDT deixasse cair a designação da droga e toxicodependência e viesse a transformar-se num instituto das dependências. Isto porque a designação causava algum estigma, uma dificuldade na abordagem das pessoas com problemas ligados ao álcool. Num primeiro momento houve alguma renitência das pessoas com problemas ligados ao álcool em aproximarem-se/relacionarem-se com nossas patrulhas que estavam identificadas como do IDT. “Eu não sou nenhum drogado”. Havia alguma rejeição nesse âmbito. Isto ainda com o Governo anterior, que estávamos a dar passos importantes no sentido da concretização dessa alteração.

Num primeiro contacto que tivemos com o atual Ministro, Secretário de Estado, o Ministro pareceu bastante agradado com a sugestão, mas passado alguns meses acabamos por ser mais ou menos surpreendidos com a ideia da decisão que foi tomada separação entre as respostas no terreno e a cabeça (digamos assim) da estrutura. A extinção do IDT, a passagem das competências de intervenção no terreno para as Administrações Regionais de Saúde (ARS's) e a criação de uma Direção Geral com incumbência de pensar as políticas de uma forma alargada no que diz respeito a todos os comportamentos aditivos e dependência, mas sem capacidade de atuação no terreno. Portanto, só para ter uma ideia, o IDT era uma

estrutura com cerca de 2000 profissionais e acabou por ficar com 80, em que toda a gente que estava no terreno passou para as administrações regionais de saúde. Neste momento o mandato do SICAD é o de delinear as políticas, de negociar a sua execução com uma rede alargada de parceiros, mas na prática nós não temos intervenção direta no terreno.

O diretor geral do SICAD é por inerência o coordenador nacional do combate à droga e, no âmbito dessas atribuições, nós temos uma articulação muito estreita com serviços e entidades de 11 ministérios presentes nos diplomas das estruturas de coordenação nacional.

A nossa política portuguesa em matéria de drogas é muito reconhecida internacionalmente, muito prestigiada, mas é sobretudo conhecida na sequência da descriminalização do consumo de drogas. Do meu ponto de vista uma das coisas mais importantes das nossas políticas é a existência das estruturas de coordenação nacional por serem efetivas, ou seja, não existirem só no papel, tendo uma atuação prática.

Na prática, e respondendo à primeira questão, isto passa sobretudo pelo delinear das questões políticas, pela elaboração das estratégias, pela construção de planos de ação, sendo que fazemo-lo desde o início em colaboração com todas as áreas ministeriais que estão envolvidas. Portanto, neste momento, à 15 dias foi aprovado pelo Conselho Internacional um novo plano estratégico que terá uma vigência até 2020. Foi aprovado também um plano de ação 2013 a 2016 em que estão consagradas ações (medidas) que têm a ver com a prossecução desta missão – prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências.

Uma das maiores responsabilidades que temos neste momento é a elaboração de *guidelines*, definição de orientações técnicas para serem depois executadas pelas entidades que operam diretamente no terreno. Há programas que são desenvolvidos diretamente pelas estruturas do Estado. Há intervenção preventiva desenvolvida pelas equipas dedicadas à atuação nesta área e que anteriormente eram do IDT e que agora estão nas ARS's. Há as respostas de tratamento que são partilhadas entre o Estado e respostas privadas, sector social e privado, sendo que o Estado tem capacidade de regulamentar esse mercado.

O Estado tem, neste momento, 3 comunidades terapêuticas mas existem cerca de 60 geridas por organizações não-governamentais que são licenciadas pelo Estado e desta forma têm a possibilidade de celebrar convenções com o Estado, ou seja, o Estado paga por serviços que são prestados à população toxicodependente.

O papel do SICAD é a definição de normas e regulamentos e cumulativamente o papel do Observatório. Nós somos o repositório da informação orientada da atividade de todas essas entidades e, entre outras coisas, reportamos a informação que recolhemos, quer

dos serviços estatais, quer dos parceiros do sector social e privado ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, tal como reportamos às Nações Unidas o resultado da nossa atividade.

Na intervenção, prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos temos também equipas dedicadas a esse tipo de intervenção, mas grande parte da intervenção é também assegurada por organizações não-governamentais (ONG) que são contratualizadas através de concursos públicos e que são suportadas por nós.

A primeira questão é a do diagnóstico: perceber qual é o tipo de problema. A segunda questão é identificar quais são as entidades existentes na comunidade que podem acorrer àquele problema. Caso não existam, abre-se concurso público para que uma ONG se profile e que se disponibilize para trabalhar e que diga quanto leva para o fazer. Isto é um programa chamado PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas, em que nós acorremos a necessidades identificadas neste momento pelas ARS's com a sua rede de parceiros, com as autarquias, com os políticos, com as escolas, etc. E, uma vez identificado, nós lançamos o concurso. E como membros do júri temos representantes da ARS também. E o financiamento é assegurado por nós através de verbas que são oriundas dos jogos sociais (Euromilhões, etc.) e gerimos este programa a nível nacional, isto na área da redução de riscos e minimização de danos e também na área da reinserção social em que os programas podem ser desenvolvidos também por organizações não-governamentais ao abrigo desta medida do PORI. Há uma complementaridade em todas estas atuações entre os sectores público e os sectores social e privado.

Questão 2 e derivadas:

- Qual a formação que os elementos da organização têm ao seu dispor? Esta formação é ministrada por quem?

Resposta 2:

Temos cerca de 80 profissionais em que o tipo de formação de base é muito variável. Temos alguns/ poucos médicos (cerca de 5 médicos) nos quadros, uma representação significativa de psicólogos, alguns assistentes sociais mas não lhe sei dizer com rigor os grupos profissionais mais representados. Muitas das pessoas que trabalham aqui tiveram ao longo do seu percurso profissional atuação direta no terreno, trabalhando em unidades sobretudo ligadas ao tratamento e à intervenção preventiva. É uma formação em exercício, nós temos por norma, uma atividade de participação em congressos e em colóquios muito intensa. Há programas de formação específica em determinadas áreas que vão ocorrendo

internamente e que decorrem da identificação de necessidades que é feita anualmente junto dos próprios profissionais, não havendo uma formação padrão para os profissionais que integram o SICAD.

Questão 3 e derivadas:

- Existe cooperação entre o SICAD e as forças e serviços policiais/ outras entidades? Quais?

- Existe cruzamento de dados / troca de informações? (através de que meios/ plataformas?)

Resposta 3:

Existe a vários níveis. Desde logo nas estruturas de coordenação nacional. Nós temos na estrutura de coordenação nacional uma missão técnica do conselho interno ministerial, temos um representante do Ministério da Administração Interna, que faz a ponte para as Forças de Segurança.

Por outro lado, no terreno e as únicas unidades que nós temos atualmente articulando mais diretamente com o SICAD, são as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, existindo uma em cada distrito e aí a nível local a própria comissão articula e afina a colaboração com as forças policiais. Ou seja, esta colaboração funciona a dois níveis: a um nível mais de coordenação política, digamos assim (macro); e a outra uma afinação sobre as intervenções no terreno sobretudo a cargo das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

Relativamente à troca (cruzamento de dados), nós somos o ponto focal nacional do observatório Europeu e recolhemos informação oriunda de todos estes ministérios. Anualmente nós recebemos relatórios sobre a intervenção das forças policiais e que são compilados e fazem parte integrante no nosso relatório anual sobre a situação do país em matéria de droga, relatório que é anualmente apresentado à Assembleia da República referindo tanto a oferta como a procura. A partir deste é elaborado outro relatório em inglês para ser enviado para o Observatório Europeu.

A cooperação entre o SICAD e as forças e serviços policiais é, por um lado, no delinear dos planos de ação e estratégicos, um conjunto de soluções que são negociadas e assumidas. Uma vez fechado o plano acaba por ter um pouco de força de lei.

Questão 4:

- Que meios têm ao seu dispor?

Resposta 4:

O SICAD atualmente tem um orçamento global que ronda os 16 milhões de euros. Uma parte significativa desse orçamento (cerca de 7 milhões) é oriundo dos jogos sociais e é destinada ao financiamento do PORI (Plano Operacional de Repostas Integradas). O resto tem a ver com a atividade normal (pagamento de salários e por aí fora) dos profissionais que integram os serviços centrais e das comissões para a dissuasão da toxicodependência. Para além da atividade normal e manutenção dos serviços, as principais despesas prendem-se com a investigação e realização de estudos, com a atividade das relações internacionais em que nós representamos o Estado Português, em várias formas (Nações Unidas, Grupo Horizontal de Drogas – Grupo do Conselho Europeu que coordena as políticas a nível Europeu).

Algumas despesas com a atividade de intervenção no terreno, aquisição de Metadona, que é autorizada a nível nacional pelas ARS's e equipas das ARS's, somos nós que compramos através de concurso público internacional anualmente, no total temos 80 profissionais, mais cerca de 110 nas comissões para a dissuasão da toxicodependência num total que não chega a 200.

Questão 5 e derivadas:

- Dispõem de dados relativos ao consumo e tráfico de substâncias “não controladas” dos últimos quatro anos (desde 2010)?

Resposta 5:

Não, não temos e para além daquilo que está patente no relatório nós fizemos recentemente um levantamento junto de todos os parceiros sobre as perceções relativamente à eficácia do Decreto de Lei 54/2013 de 17 de Abril.

Questão 6:

- Quais são os fatores que considera serem influentes na atuação das forças e serviços policiais face à proliferação de novos estupefacientes?

Resposta 6:

O fenómeno destas novas substâncias causa algumas perplexidades quer às forças policiais que às forças de saúde pela sua novidade, pela rapidez com que aparecem todos os dias novas substâncias. Causa grandes dificuldades, sem dúvida. Um dos assuntos em discussão mais intensa no Grupo Horizontal de Drogas é a produção de legislação a aplicar

em todo o espaço europeu e que permita controlar com uma maior eficácia estas substâncias. Neste momento há a lei da droga (15/93) que tem as tabelas anexas das substâncias controladas. Esta legislação que produzimos no ano passado não tem a ver com o estabelecimento de mecanismos de controlos semelhantes ao do 15/93. O 15/93 é uma legislação que implica sanções penais quanto ao tráfico e comercialização das substâncias. Esta aplica apenas medidas contraordenacionais.

Existiu a necessidade de fazer isto porque o estabelecimento de sanções penais relativas à utilização e comercialização destas substâncias implica necessariamente a aprovação da Assembleia da República. Esta tem a competência exclusiva da definição do direito penal. Se tivéssemos um mecanismo mais célere, mais fluido que nos permita incluir ou excluir na lista anexa de determinadas substâncias só o poderíamos fazer ao abrigo do direito contraordenacional. Neste momento a portaria anexa a esta nova legislação que tem a lista das substâncias pode ser editada ou podem ser retiradas dessa lista substâncias por mero despacho do Ministro da Saúde. Isto tem uma flexibilidade muito maior.

O grande objetivo dessa legislação foi corresponder ao fenómeno que estava a criar um enorme alarme e a ter um enorme impacto na nossa sociedade. Obviamente isto não resolve em absoluto o problema de outras formas de comercialização nomeadamente os circuitos ilícitos nem através da internet, por exemplo. Mesmo assim, na opinião dos vários parceiros é bastante positiva.

Apêndice F

Transcrição da entrevista ao Dr. João Goulão – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

Questão 1 e derivadas:

- Existe algum sistema de alerta rápido em Portugal idêntico ao que foi criado a nível europeu? Quando foi criado? Como funciona?

Resposta 1:

O SICAD é o interlocutor, o ponto focal nacional do Observatório Europeu. Se as Forças de Segurança ou a Direção Geral da Saúde, através de uma qualquer situação identificada num hospital identificar novas substâncias, por princípio, são analisadas pelo Laboratório de Polícia Científica. Fluídos orgânicos, amostras orgânicas, sangue, etc. são identificados/ estudados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal. É este o princípio.

Uma vez detetada uma substância, por um destes serviços operacionais, tem de ser relatada ao SICAD e o SICAD reporta ao Observatório; tal como o SICAD recebe alertas de toda a Europa. Por exemplo, é identificada determinada substância na Dinamarca. O SICAD tem membros que centralizam essa informação e de imediato difunde para o Instituto de Medicina Legal. Ou seja, trabalha-se nos dois sentidos. O SICAD recebe a informação interna e difunde para o Observatório. O SICAD recebe do Observatório ou da EUROPOL e difunde para os seus parceiros.

Questão 2:

- Através da análise do relatório europeu verifiquei que existe a substituição da heroína por opiáceos e estimulantes sintéticos. O mesmo se verifica em Portugal?

Resposta 2:

Definitivamente que não é uma realidade com impacto significativo. Aquilo que é reportado em alguns países é a utilização do Fentanil que é um anestésico. Em Portugal não é uma realidade com que se confronte. Portugal continua com a história da heroína que é, de facto, o inimigo público número 1 e que hoje tem alguns recrescimentos sobretudo à custa de recaídas de antigos consumidores, não havendo muitos novos consumidores de heroína.

Existe um pequeno desvio para o mercado de opiáceos como a metadona administrada nos centros. No entanto, a metadona tem muito menos impacto negativo do que a própria heroína. Embora nos pareça um pouco estranho alguém poder aceder a ela gratuitamente e administrada de forma controlada e a vá comprar.

No entanto, relativamente aos estimulantes sintéticos, existe uma imensidão deles na tal lista das substâncias psicoativas que aparecem a toda a hora.

Questão 3:

- Existe um contínuo lançamento de novas substâncias psicoativas no nosso mercado (europeu). Encontramo-nos preparados para a entrada no mercado de novas drogas?

Resposta 3:

Portugal vai-se tentando adequar, encontrar as respostas possíveis, mesmo a nível de intervenção terapêutica. Sobretudo na intervenção da crise esbarramo-nos com a dificuldade do desconhecimento por serem novas e pouco estudadas. Muitas vezes existe policonsumo, o uso de várias substâncias, cujas interações são pouco conhecidas.

Acaba por ser mais perigoso o uso destas novas substâncias pela incapacidade que os profissionais de saúde têm para lidar com estas substâncias do que com cocaínas, heroínas, etc.. Se entrar num serviço de urgência um indivíduo com uma overdose de Heroína eu sei exatamente o que fazer. Com estas novas drogas é como um tiro no escuro.

Questão 4:

- Em 2013 foram notificadas através do sistema de alerta rápido da UE 81 novas substâncias psicoativas. Tem dados relativos a Portugal? (de preferência nos últimos 4 anos, desde 2010)

Resposta 4:

Muito pouca informação. A lista inclui as substâncias que foram identificadas a nível europeu para acautelar que elas fossem aparecendo aqui. Mas não se tem uma noção clara daquilo que apareceu no mercado.

Questão 5:

- Fala-se numa nova legislação relativa ao crescente volume e variedade de substâncias psicoativas para toda a UE. Para quando se encontra previsto o lançamento desta nova legislação?

Resposta 5:

Ainda não se sabe mas tem sido o ponto principal das reuniões existentes. No entanto, tem sido muito difícil obter consenso visto que a atual Comissão Europeia vai sair e ser nomeada uma outra. Ainda não se sabe se isto vai continuar no topo das prioridades das políticas ou não. A atual Comissão está a tentar ir tão longe quanto possível na elaboração desta proposta mas ainda não há.

Questão 6 e derivadas:

- Relativamente ao mercado de estimulantes fala-se em escassez levando ao consumo de outras substâncias a preço reduzido. O mesmo se verifica em Portugal? Quais são essas alternativas?

Resposta 6:

Em relação aos estimulantes, a cocaína está disponível. Estamos incluídos nas suas rotas de entrada para o mercado europeu. Os preços desta estão um pouco elevados e em paralelo vão aparecendo formas mais baratas da apresentação da cocaína como o *crack* e a pasta base. Essas estão a florescer sobretudo nas frações mais desorganizadas da população portuguesa. Aquelas subpopulações que tradicionalmente eram mais tocadas pela heroína estão a ser mais atingidas pelo uso de cocaína fumada. Não é um fenómeno de massas e esperamos que não o venha a ser mas há um florescimento da utilização dessas apresentações mais baratas de cocaína.

Por outro lado, nós tivemos o ecstasy há uns anos atrás que continua a progredir na maior parte dos países europeus e em Portugal não está; estabilizou. Há muitas substâncias que são comercializadas como ecstasy e que não o são. São destas novas substâncias psicoativas. Digamos que o ecstasy é utilizado como um nome genérico para um grupo de substâncias com efeitos mais ou menos aparentados.

Questão 7:

- Relativamente à oferta de droga, existe a disponibilidade de novas substâncias psicoativas não controladas em lojas na internet, lojas especializadas e no mercado de drogas ilícitas na europa. Esta disponibilidade também se verifica em Portugal?

Resposta 7:

Não é possível aferir a dimensão desse mercado mas existe.

Questão 8 e derivadas:

- Existe cooperação entre a OEDT e as forças policiais/ outras entidades? Existe cruzamento de dados / troca de informações? (através de que meios/ plataformas?)

Resposta 8:

O Observatório Europeu não lida diretamente com as forças policiais nacionais. Mas tem uma articulação muito íntima com a EUROPOL e esta tem informação mais direta com as forças policiais. O cruzamento de dados decorre daí.

As forças policiais nacionais participam em grupos de peritos para a indicação dos indicadores referentes à Oferta, nomeadamente através de representantes da PJ, entre outros.

Apêndice G

Transcrição da entrevista à Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

Questão 1:

- Quais os meios ao dispor da GNR para o combate ao tráfico e consumo de estupefacientes?

Resposta 1:

Além dos meios humanos e cinotécnicos, a Guarda dispõem de Kits de Detecção de Produto Estupefaciente, vulgarmente chamados de “Kits de Droga”, no dispositivo da Guarda:

- Tipo A - deve permitir reações de identificação fácil de alcaloides do ópio, opiáceos sintéticos e anfetaminas, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo B - deve permitir reações de identificação fácil de presença de Barbitúricos, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo C - deve permitir reações de identificação fácil de LSD-25 (dietilamida do ácido d-lisérgico), utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo D - deve permitir reações de identificação fácil de Liamba, Haxixe, Óleo de Haxixe, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.
- Tipo E - deve permitir reações de identificação fácil de Cocaína, utilizando um sistema diferenciador (cores, escalas ou outros), para que o resultado seja fiável e não dúbio.

Questão 2:

- A GNR colabora com outras organizações/ entidades nesta matéria?

Resposta 2:

Sim, no âmbito da LOIC e atribuições prevista na Lei Orgânica e demais legislação nesta matéria.

Questão 3:

- Qual a formação dada aos militares da GNR que neste momento se encontram no terreno (sem ser o pessoal dos NIC)?

Resposta 3:

Ver nosso anexo nº 2 e 3.

Questão 4:

- A formação ministrada aos elementos da GNR encontra-se atualizada de acordo com os novos tipos de estupefacientes?

Resposta 4:

Sim, a atualização é realizada anualmente pelos órgãos competentes, CDF, CO/DO e CO/DIC.

Questão 5 e derivadas:

- Nestes últimos quatro anos foram encontrados novos tipos de estupefacientes que à data não se encontravam como controlados (ou seja, não eram abrangidos pela lei)? Quais?

Resposta 5:

Sim, ver nosso anexo nº 9. Contudo em TN a DI efetua a divulgação ao dispositivo de novos tipos de drogas introduzidas no consumo internacional e que possam vir a ser consumidas em TN.

Questão 6:

- Quais as datas em que as apreensões foram mais acentuadas?

Resposta 6:

Ver nossos anexos em .xls (4 a 10)

Questão 7:

- Qual o sexo e a faixa etária destas apreensões?

Resposta 7:

Ver nosso anexo nº 6

Questão 8:

- Quais são os fatores que influenciam a atuação das forças policiais face à proliferação de novos estupefacientes?

Resposta 8:

Ver anexo nº 11.

A Guarda até ao momento não possui nenhum estudo em particular sobre esses fatores.

Questão 9:

- Como é que a adaptação à nova legislação que abrange os estupefacientes está a ser feita?

Resposta 9:

A adaptação é realizada pelos órgãos competentes, CDF, CO/DO e CO/DIC, quando é publicada nova legislação (e.g. smartshops).

Questão 10:

- Qual é o modus operandi usado na fiscalização de estupefacientes?

Resposta 10:

Ver:

- Anexo nº 1.
- Art.º 81 de Código da Estrada
- Art.º 291/292 do Código Penal
- Lei 18/2007

Apêndice H

Quadro com os anexos relativos à transcrição da entrevista com a Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

Quadro 2 - Anexos à entrevista com a DI/CO da GNR

Anexo n.º	Designação ²⁷
1	Circular CO_DO_nº 6 de 30ABR2012.pdf
2	Detalhe EG Droga.pdf
3	Regulamento de Curso Formação Guardas 2012.pdf
4	dados droga 1.xlsx
5	DADOS droga gerais 2012.xlsx
6	Dados droga idades.xlsx
7	dados droga_2.xlsx
8	Dados droga_3.xlsx
9	GNR 2013 dados apreensões e Interv. detidos.xls
10	Droga SICAD 2013.pdf
11	World_Drug_Report_2014_web.pdf

Fonte: autor.

²⁷ É de referir que a designação dos anexos patentes no Quadro 3 encontra-se conforme a sua designação efetuada pela DI/CO da GNR.

Apêndice I

Guião de entrevista à Polícia Judiciária

Questões:

Questão 1:

- Como é que a PJ lida com o aparecimento de novas substâncias psicoativas?

Questão 2 e derivadas:

- Existe cooperação a nível de troca de informações entre a PJ e outras organizações?
- Quais?
- De que forma é feita essa troca de informações?

Questão 3:

- Quais os meios humanos, materiais e a base legal ao dispor da PJ para o combate ao tráfico e consumo de estupefacientes?

Questão 4:

- Qual a formação dada aos elementos da PJ nesta matéria?

Questão 5 e derivadas:

- A formação ministrada aos elementos da PJ encontra-se atualizada de acordo com os novos tipos de estupefacientes?

Questão 6:

- Quais as datas e a localização geográfica em que as apreensões foram mais acentuadas?

Questão 7:

- Qual o sexo e a faixa etária destas apreensões?

Anexos

Anexo A

Tendências globais do consumo de droga

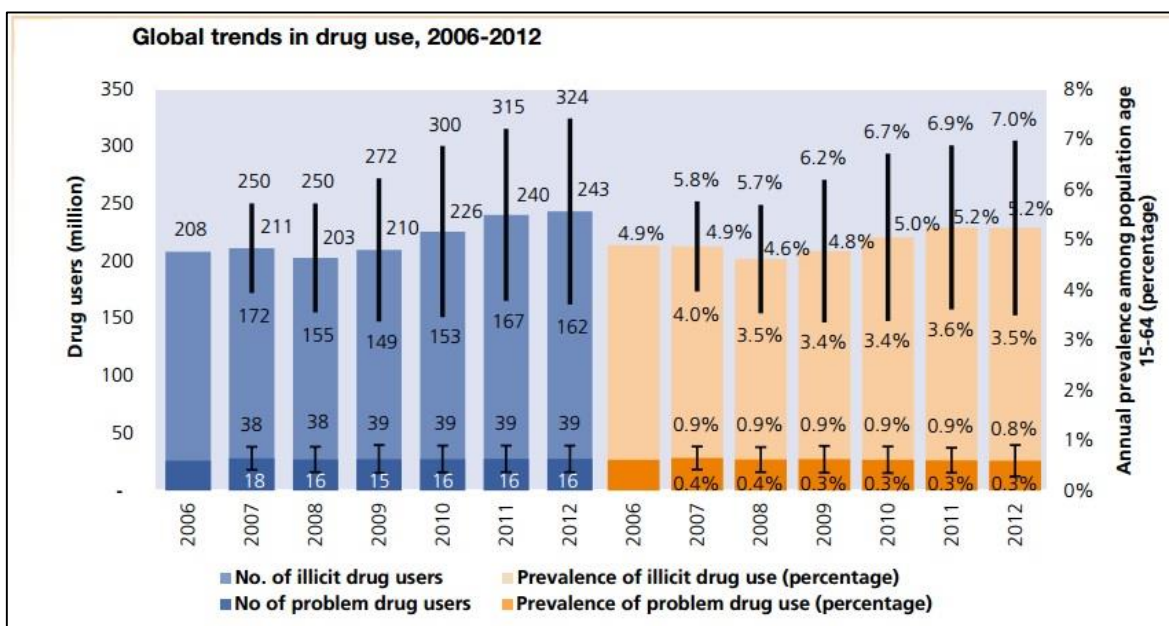


Figura 5 - Tendências globais do consumo de droga, 2006-2012

Fonte: UNODC (2014)

Anexo B

Apreensões em Portugal

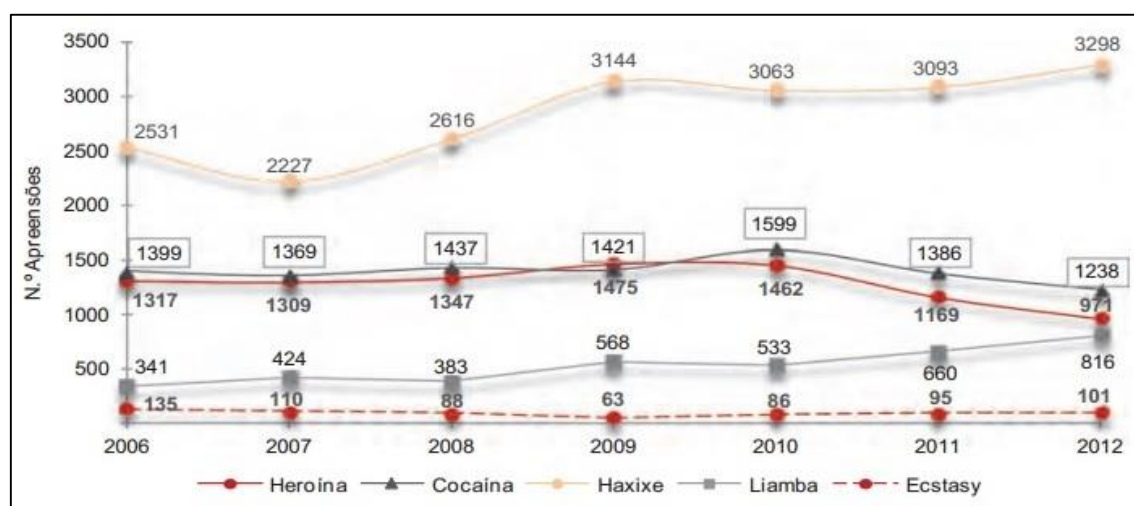


Figura 6 - Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências: DMI - DEI, Adaptado de SICAD (2013).

Anexo C

Exemplos de NSP e os seus efeitos




	<ul style="list-style-type: none"> • Semelhante às metanfetaminas, sendo referida como "cocaína legal"¹³ • Um estudo demonstrou que 78% dos consumidores eram do sexo masculino, com cerca de 29 anos e reportavam história prévia de outras drogas de abuso¹³ • Risco de overdose¹⁴ • Efeitos podem durar até 8h¹⁴ • Ataques de pânico • Agitação psicomotora • Paranoia • Alucinações visuais • Alterações de comportamento (ideação suicida, auto e hetero-agressividade) • Insônia • Delírio persecutório
	<ul style="list-style-type: none"> • Semelhantes às anfetaminas, usado inicialmente em ambientes noturnos, como substituto legal do ecstasy¹¹ • Um estudo demonstrou que a grande maioria dos consumidores tinha 18–24 anos, sendo que 1/3 destes teria 18–19 anos¹¹ • Atividade simpaticomimética, os efeitos sentem-se ao fim de algumas horas, surgindo e desaparecendo de forma gradual¹² • Ansiedade • Agitação psicomotora • Convulsões • Estados confusionais • Insônia • Cefaleias • Síndrome serotoninérgica
	<ul style="list-style-type: none"> • Alucinógeno natural, popular entre estudantes universitários dos EUA (18–25 anos) com outros comportamentos de risco associados⁷ • Metabolito ativo é salvinorina A que é um potente agonista dos receptores κ dos opioides⁸ • Efeitos são dose-dependentes⁹, manifestam-se cerca de 1 minuto após o consumo e duram até cerca de 1 hora¹⁰ • Disartria • Despersonalização • <i>Dejá vu</i> • Ansiedade • Desorientação temporo-espacial • Obnubilação da consciência • Alterações da senso-percepção • Alucinações visuais
	<ul style="list-style-type: none"> • Semelhante à canábis, bastante popular entre universitários norte-americanos (8%)⁴ • Apresenta ação no receptor 1 dos canabinóides (CB1), responsável pelos efeitos psicoativos⁵. Contrariamente ao THC que é apenas um agonista parcial, os canabinóides sintéticos são agonistas completos, apresentando maior potencial de overdose¹ e efeitos⁶ mais severos: • Agitação psicomotora • Ansiedade • Ataques de pânico • Alucinações visuais e auditivas • Delírio persecutório • Ideação suicida • Convulsões

Figura 7 - Exemplos de NSP e seus efeitos

Fonte: Carla Araújo; Vítor Ferreira Leite; Paula Carriço; Manuela Fraga

Anexo D

Número de NSP reportadas ao UNODC

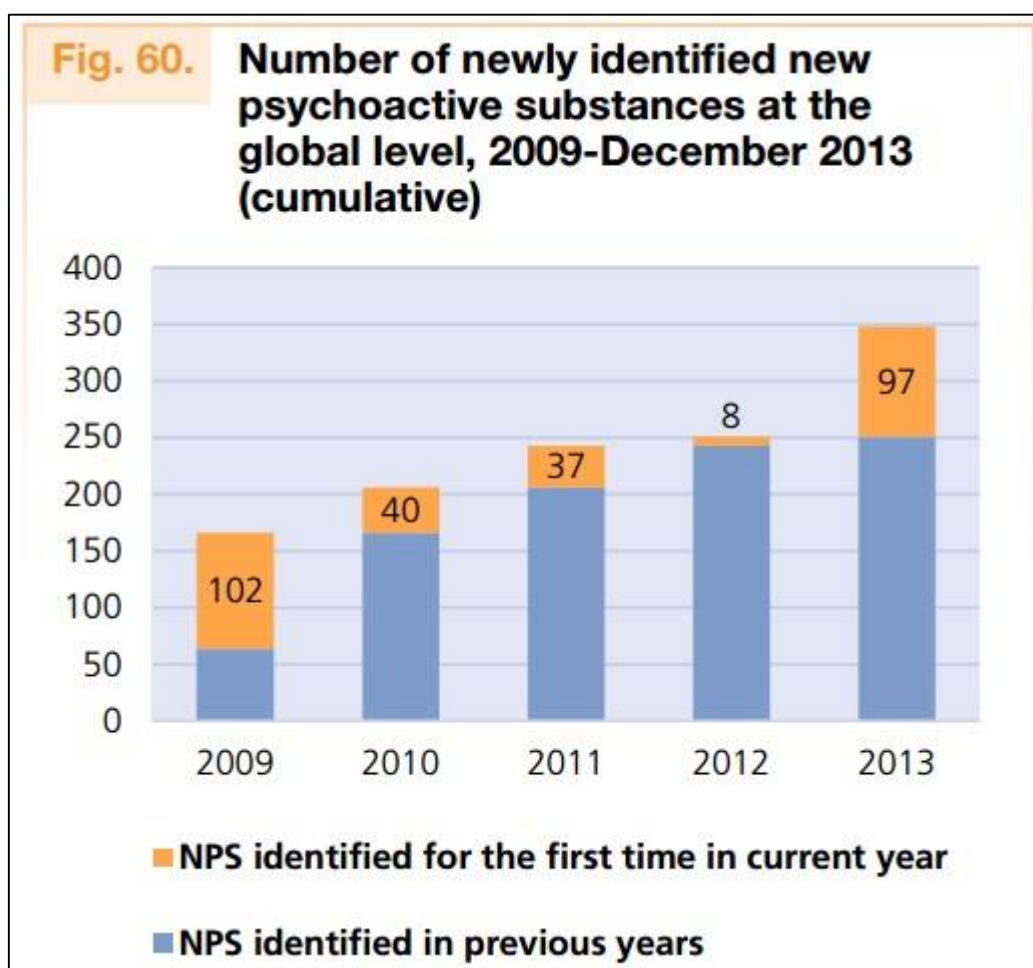


Figura 8 - Número de NSP reportadas ao UNODC entre 2009 e 2012

Fonte: UNODC (2014)

Anexo E

Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril

DN PORTUGAL

INICIO POLÍTICA DESPORTO CARTAZ VÍDEOS ESPECIAIS GALERIAS ARQUIVO NOTÍCIA

Portugal Globo Economia Ciência Artes TV & Media Opinião Pessoas

ESPECIALISTA EM TOXICOLOGIA

Lei que proibiu drogas 'smartshops' é "excelente"

por Lusa, texto publicado por Isaltina Patrão 24 abril 2013 24 comentários

O especialista em toxicologia Félix Dias Carvalho considerou hoje, no Porto, "excelente" a nova lei que impede a venda, a produção e a publicidade a mais de 150 substâncias psicoativas geralmente encontradas nas lojas conhecidas como 'smartshops'.

"É uma excelente lei. Creio que vai funcionar muito bem para eliminar este flagelo que é a venda de drogas nas 'smartshops'", afirmou à agência Lusa o professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Um diploma publicado em Diário da República em 17 deste mês, com entrada em vigor no dia seguinte, proibiu a venda, produção e publicidade a 159 substâncias que até aqui eram consideradas drogas legais e que eram vendidas em 'smartshops' ou na Internet sob pretexto, por exemplo, de serem fertilizantes para plantas.

Félix Dias Carvalho considerou que estas substâncias "são em tudo semelhantes" às drogas que já estavam ilegalizadas, sublinhando que são produtos para os quais não existe "uma aprovação nem social, nem para atos médicos".

"É importante que a sociedade dê a indicação de que se trata de drogas - e de drogas com elevados riscos para a saúde pública" e eliminar a ideia de "que, se é legal, se a sociedade não faz nada, é porque estas substâncias psicoativas não são perigosas".

O especialista reconheceu que está "a aparecer no mercado mais de que uma substância psicoativa nova por semana". No entanto, referiu que "a lei prevê a existência de novas substâncias psicoativas que não estejam consignadas" na lista de produtos proibidos, ao antecipar a respetiva apreensão.

FERRAMENTAS

Partilhar esta notícia em:

PARTILHAR NOTÍCIA

Facebook Share 18

Tweet 4

Gosto 20

TAGS

Portugal lei smartshops

Figura 9 - Eficácia do DL nº 54/2013, de 17 de abril (Diário de Notícias 24/04/2013).

Fonte: Diário de Notícias (2013)